Bastos, H. Teixeira
A vida do estudante de Coimbra

TEIXEIRA BASTOS

A vida do estudante de Coimbra

(ANTIGA E MODERNA)

DUAS CONFERÊNCIAS

NA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ESTUDANTES,
NOS DIAS 29 E 30 DE ABRIL DE 1920

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1920

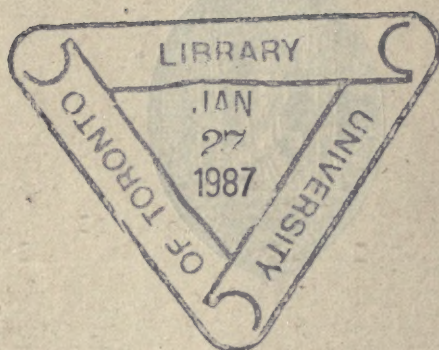
TEIXEIRA BASTOS

A vida do estudante de Coimbra

(ANTIGA E MODERNA)

DUAS CONFERÊNCIAS

NA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ESTUDANTES,
NOS DIAS 29 E 30 DE ABRIL DE 1920

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1920

Está por escrever a história da academia de Coimbra.

Nas duas conferências, agora publicadas por iniciativa da Associação Cristã de Estudantes, coordenaram-se elementos dispersos — respigados pela maior parte na preciosa colecção de O Conimbricense *— com a única mira de chamar para aquela lacuna a atenção de quem, dispondo de mais tempo e de maior competência do que nós, se possa abalançar a preenche-la.*

Procurou-se, ao mesmo tempo, despertar interêsse, entre os estudantes, por vitais problemas de educação, que agora, mais do que nunca, é forçoso pôr em relêvo.

Foram estes os objectivos do nosso modesto trabalho, inspirado apenas na muita simpatia que nos merecem os novos, tanto maior quanto mais pela idade nos vamos distanciando dêles e de saudosos tempos que não voltam.

Aos Ex.mos Senhores General Martins de Carvalho e Cândido Augusto Nazaré, que mais duma vez importunámos, o nosso agradecimento.

Coimbra, Maio de 1920.

H. Teixeira Bastos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quando, há cêrca de três meses, tive a honra de ser convidado a vir falar nesta casa, aceitei imediatamente o amável convite. Não quis, em primeiro lugar, perder o ensejo de públicamente afirmar a muita simpatia que me merece uma associação que tantos serviços tem prestado e continuará certamente prestando à academia de Coimbra. Por outro lado, era uma excelente ocasião, que inesperadamente se me oferecia, para junto dum importante grupo de académicos me ocupar de assuntos do mais alto interêsse para êles e que a mim me são particularmente caros.

Vou falar da vida do estudante de Coimbra, do que ela foi, do que é, do que deverá porventura ser. O assunto é vastíssimo; e, apesar de tratado a largos traços, impossível me foi condensá-lo numa única sessão. E é assim que, convidado a fazer aqui uma conferência, me vejo obrigado, pela fôrça das circunstâncias, a realizar duas. Espero, me seja desculpado o abuso, e concedida benévola atenção.

Podem distinguir-se quatro períodos na vida do estudante de Coimbra:

1.º desde o primeiro estabelecimento da Universidade em Coimbra (1308) até ao seu estabelecimento definitivo nesta cidade (1537);

2.º desde esta época até à reforma pombalina (1772);

3.º desde a reforma pombalina até ao termo das lutas civis, ou fim do reinado de D. Maria II;

4.º desde esta época até nossos dias.

*

A nossa Universidade tradicional foi fundada em Lisboa, como é sabido, por D. Diniz, em 1 de Março de 1290, à custa de algumas rendas pertencentes a igrejas e mosteiros e cedidas pelos seus abades e priores.

É uma das mais antigas da Europa, existindo ainda poucas, ao tempo da sua fundação, como, por exemplo, Paris, Oxford, Cambridge, Salamanca, Pádua, Bolonha, Montpellier. A Universidade de Praga, a mais antiga das universidades de língua alemã, data de 1348; a de Harvard, a mais antiga das universidades americanas, data de 1636.

A princípio, a sede da Universidade oscilou entre Lisboa e Coimbra.

Em 1308, o próprio D. Diniz mudou-a para Coimbra. D. Afonso IV transfere-a para Lisboa em 1338 e, de novo, para Coimbra em 1354. D. Fernando fá-la regressar a Lisboa em 1377. Aqui fica agora, durante 160 anos, até 1537, ano em que, reinando D. João III, se estabeleceu definitivamente em Coimbra.

Transitóriamente esteve, pois, a Universidade por duas vezes em Coimbra: a 1.ª trinta anos e a 2.ª vinte e três — cinqùenta e três anos, ao todo.

Quando a Universidade se estabeleceu em Coimbra pela primeira vez, alojou-se em edifício mandado construir pelo rei D. Diniz, junto do Paço Real, no local em que actualmente se encontra a Faculdade de Letras, e onde existiu em tempo o Colégio de S. Paulo e a Associação Académica. São restos dêste antigo edifício as colunas românicas do claustro de Celas, doadas ao mosteiro por D. João III, quando tiveram de ser demolidas as primitivas Escolas Gerais para a construção do colégio de S. Paulo. Outros restos se encontram no Museu Machado de Castro.

A Universidade gozava de grandes privilégios, que lhe foram dados por D. Diniz e confirmados pelos reis seus sucessores. Um dêles era a isenção do fôro comum, concedida a professores, estudantes e todas as pessoas da Universidade. A princípio estiveram sujeitos ao fôro eclesiástico; mais tarde, a um fôro privativo *(fôro académico)*, exercido por juízes ou conservadores próprios, tanto para as causas crimes, como para as cíveis (1). Êste fôro especial só acabou com a implantação do regime liberal.

As Faculdades, a princípio, eram quatro: Cânones, Leis, Medicina e Artes. Só com D. João I começou a ensinar-se a Teologia, ensino até então monopolizado pela Universidade de Paris.

São dêste reinado (1431), os primeiros Estatutos da Universidade, elaborados por ela própria, os quais vigoraram até ao comêço do século seguinte, em que D. Manuel lhe deu novos Estatutos. No Arquivo da Universidade há cópia dos primeiros e o texto original dos segundos, com a assinatura autógrafa de D. Manuel.

A freqùência das aulas era livre. Nos primeiros tempos da Universidade não havia exames, de que se fala pela primeira vez nos Estatutos de D. João I; mas estes exames não se faziam nos primeiros anos do curso. Só muito tarde, com a reforma pombalina, se estabeleceu a prática dos actos por anos.

Até D. Manuel, os reitores da Universidade, escolhidos por eleição, eram quási sempre estudantes e, às vezes, lentes.

---

(1) Ainda em tempo de D. Diniz, começaram os conservadores (dois a princípio e depois um) a julgar as causas cíveis. Desde D. Fernando julgaram também as causas crimes. D. João I e os reis seguintes mantiveram êste privilégio, que só era cassado em casos excepcionais para reprimir grandes abusos. *Vid.* Dr. António de Vasconcelos, *Origem e evolução do fôro académico privativo da Universidade de Coimbra* («Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», ano 3.º, n.º 28).

O lugar era gratuito, *sem mantimento algum*, como se dizia naquele tempo (1).

Nos Estatutos manuelinos encontram-se proibições, pelas quais se pode fazer idea dos costumes dos estudantes do século XVI. Mandam que «*nenhum estudante entre nas escolas com armas ofensivas, nem defensivas, e o que o contrário fizer, perca as armas metade para o bedel e metade para o guarda das escolas*». E noutro artigo: *Mandamos que os escolares não tenham em sua casa mulher suspeita continuadamente, sob pena de mil reis para a arca do Estudo, e a metade para quem o acusar; não terá cães nem aves de caçar. E andem honestamente vestidos e calçados, a saber: não tragam pelotes, nem capuzes, nem barretes, nem gibões vermelhos, nem amarelos, nem verdegaio, nem cintos lavrados de oiro, sob pena de perderem os ditos vestidos metade para o bedel e metade para o guarda das escolas*» Parece serem estes os maiores abusos (2).

Já desde D. Diniz que os estudantes viviam, pela maior parte, em bairro separado — do Arco de Almedina para cima — a fim de evitar conflitos com a população burguesa.

---

(1) Os Estatutos manuelinos, elaborados sem intervenção da Universidade, proìbiam que os lentes fôssem reitores e determinavam que para o cargo fôsse sempre eleito *fidalgo ou homem constituido em dignidade.* Foram publicados no *Anuário da Universidade* para 1892-1893.

(2) Estas liberdades de traje — reacção contra o hábito talar obrigatório — chegaram até nossos dias. Assim, a portaria de 27 de Setembro de 1843 recomenda ao reitor que reprima os abusos que alguns estudantes cometiam de andarem vestidos com lobas curtas e indecorosas, de trazerem bigodes e outros atavios impróprios da gravidade académica, chegando ao excesso de cigarrarem e entrarem cobertos nos Gerais e até nas aulas da Universidade. Concessões se foram fazendo, a pouco e pouco, até se chegar ao uso facultativo. Assim, o reitor Vicente Ferrer, em edital de 10 de Outubro de 1863, permitiu aos lentes e estudantes o uso de vestido talar com *sapatos e meia* ou com *botins pretos e calça*, ficando os *sapatos e meia* obrigatórios para os actos.

Foram estes conflitos que principalmente impediram a permanência da Universidade em Lisboa. Mas para o seu estabelecimento definitivo em Coimbra, depois duma estada de 160 anos na capital, deve ter concorrido poderosamente a necessidade de afastar os Estudos dum meio de bulício, ocupado pelas intrigas da côrte, corrompido pelo fausto e ostentação, embriagado emfim pelos *fumos da Índia* de que fala Afonso de Albuquerque, e que até nas próprias Escolas Gerais tinham penetrado.

*

Quando a Universidade veio instalar-se definitivamente em Coimbra, as Faculdades dividiram-se, a princípio: parte (Teologia, Artes e mais tarde Medicina), instalou-se nos colégios de S. João e de Santo Agostinho, do mosteiro de Santa Cruz (1), e outra parte nas casas do reitor D. Garcia de Almeida, onde mais tarde esteve o Colégio de Santo António da Estrêla.

Pouco depois, passaram as Faculdades *maiores* (Teologia, Leis, Cânones e Medicina) para os Paços Reais, cedidos por D. João III, e que mais tarde (1597) vendeu à Universidade Filipe I por 30.000 cruzados.

Em 1544 vieram todas as Faculdades instalar-se nos Paços Reais; mas, como o edifício fôsse insuficiente, sairam de lá as chamadas *Escolas menores* (Artes e Latinidade), com as quais D. João III constituiu o *Colégio das Artes*.

Êste Colégio funcionou, a princípio, nos Colégios de S. Miguel e de Todos os Santos, do mosteiro de Santa

(1) Antes da mudança da Universidade para Coimbra, já havia estudos menores naqueles colégios do mosteiro de Santa Cruz, determinados por D. João III em 1528. A afluência de estudantes obrigou à construção em 1539 dos colégios de S. Miguel (roxos) e de Todos os Santos (pardos). Para o primeiro dêstes colégios mandava a nobreza os seus filhos.

Cruz, na rua da Sofia, mais tarde cedidos à Inquisição quando o Colégio das Artes passou para o Bairro Alto, indo ocupar o edifício onde hoje se encontram as enfermarias do Hospital da Universidade.

O Colégio das Artes teve como primeiro principal o Dr. André de Gouveia, grande pedagogo do século XVI, duma família célebre de humanistas, mandado vir expressamente de França, onde residia, por D. João III, com notabilíssimos professores.

Nesta época, os últimos tempos de Lisboa e os primeiros de Coimbra correspondem ao período áureo da Universidade. Ensinavam então nela professores de fama mundial (1), e acudia a ouvi-los grande número de estudantes, tanto nacionais como estrangeiros. A par dos cursos regidos pelos professores ordinários da Universidade, havia cursos extraordinários feitos por professores livres, gratuitos ou pagos pelos alunos. E em tão grande número se apresentavam estes lentes extraordinários que, não havendo aulas nem horas para todos durante o período lectivo, tinha a Universidade de ficar aberta também durante as férias.

Foi, porêm, de pouca duração esta prosperidade. O Colégio das Artes, que tinha sido inaugurado em 1548, é entregue sete anos mais tarde aos Jesuitas, que tinham vindo estabelecer-se no reino em 1540, fundando dois anos mais tarde em Coimbra o Colégio de Jesus, actualmente representado pelo edifício do Museu. Os excelentes professores do Colégio foram despedidos, tendo sido alguns perseguidos pela Inquisição, que tinha sido introduzida em Portugal, em 1536, por bula de Paulo III, e só foi abolida, em 1821, pelas primeiras côrtes constituintes. O Colégio das Artes tornou-se independente da Universidade, administrativa e pedagógicamente; e esta independência foi

---

(1) Foi professor neste tempo Pedro Nunes, que ensinou Artes em Lisboa e Matemática em Coimbra.

sempre respeitada pelas reformas sucessivas dos Estatutos em 1559, 1565, 1591, 1597 e 1612 (1).

Durante o resto do século XVI, todo o século XVII, e os três primeiros quarteis do século XVIII (até à reforma pombalina) se foi acentuando a decadência da Universidade.

Como ela concentrava, porêm, todo o nosso ensino superior, era muito mais frequentada do que hoje, apesar da menor população do país.

Em volta dela, desde o seu estabelecimento definitivo em Coimbra, se foram fundando numerosos colégios destinados aos religiosos das diversas ordens, alunos da Universidade.

Havia tambêm dois colégios seculares, da própria Universidade, os Colégios de S. Pedro e de S. Paulo; mas estes eram colégios *maiores*, isto é, destinados a graduados em Teologia, Leis ou Cânones, candidatos ao magistério (2).

Nos colégios tambêm se admitiam porcionistas; mas em S. Pedro e S. Paulo deviam ser de primeira nobreza.

O único colégio com internato estabelecido para estudantes seculares era o Colégio das Artes, onde havia três classes de porcionistas pagando 25, 30 e 35 cruzados por ano (3).

---

(1) Aos Estatutos de D. Manuel sucederam-se os de D João II, em 1544, que se perderam. Tambêm não há vestígio dos Estatutos dados por D. Sebastião em 1559 e 1565. Só existem os Estatutos de 1591 e 1597, de Filipe I, e os de 1612 de Filipe II, mais tarde confirmados por D. João IV. Os Estatutos de 1612 — *Estatutos velhos* — vigoraram até à reforma pombalina.

(2) Não deve confundir-se *colégio* com *convento*. Os colégios chegaram, no século XVIII, a ser em número de 22, não falando no das Artes. Os conventos eram apenas oito, quatro de frades e quatro de freiras. Os de frades eram os de S. Francisco, S. Domingos, Santa Cruz e Santo António dos Olivais; os de freiras eram os de Santa Clara, Santa Ana, Santa Tereza e Celas. Vid. *O Conimbricense*, 1884, n.º 3; 1890, n.º 4.461; 1906, n.º 6.114.

(3) O privilégio de receber porcionistas, concedido ao Colégio das Artes, era extensivo ao de Jesus. Na *Visita da província de Portugal*, pelo padre João Alvares, mandada fazer, em 1610, pelo geral

*

Digamos agora duas palavras sôbre o ensino no período a que nos estamos reportando.

Na Faculdade das Artes, actualmente representada pelas duas de Sciências e Letras, o ensino reduzia-se à Filosofia escolástica, segundo o próprio texto de Aristóteles; nem Física, nem Química, nem História Natural. Em Medicina, o ensino limitava-se aos escritos de Galeno, Hipocrates, Rasis e Avicena. O Hospital estava miserávelmente instalado na Praça de S. Bartolomeu, e nêle se faziam por ano para o estudo da Anatomia nove dissecções em carneiros.

O Latim era a língua das aulas; nela se ditavam as *postilas*, (mais tarde chamadas *sebentas*), que o aluno tinha de apresentar, rubricadas pelo professor, para prova de freqùência (1). Mas os estudantes iludiam esta exigência: sem comparecerem nas aulas, adquiriam fácilmente *postilas*, e atestavam a sua assiduidade com o testemunho de dois condiscípulos. Os próprios estudantes teólogos preferiam ouvir nos respectivos colégios as lições dos seus professores a comparecerem na Universidade. Metade dos

---

Aquaviva, encontra-se esta nota sôbre o Colégio das Artes, onde naquele tempo já grassava a tísica: «É coisa averiguada pelos medicos que faz mal aos nossos tanto passear depois de comer, vindo esquentados do estudo; e pode ser que daqui nasce haver *tantos doentes de figado, e assim deve haver moderação*. Supostas as diligencias que nosso P.e mandou fazer e as *consultas que com os medicos em Portugal e Roma por sua mesma ordem se fizeram para obviar a tanto lançar de sangue como havia neste colegio*...». *Vid.* Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, t. II, pág. 376.

(1) Ninguêm se podia matricular sem certidão do exame de Latim, passada pelo principal do Colégio das Artes. Por provisão de 31 de Outubro de 1716 obteve a Congregação do Oratório validação do seu exame de Latim para as Escolas Maiores; mas os jesuitas conseguiram, por provisão de 17 de Outubro de 1724, que o exame de Latim voltasse a ser feito exclusivamente no Colégio das Artes.

estudantes não viviam em Coimbra, onde só apareciam por ocasião das matrículas (1). Havia três por ano — uma pelo S. Lucas (18 de Outubro), abertura da Universidade, outra pelo meio do ano, e a matrícula final a 15 de Maio. Para evitar aquele inconveniente estabeleceu-se o sistema das matrículas incertas (duas e depois uma): os estudantes eram chamados durante três dias, em épocas incertas, perdendo o ano os que não compareciam (2). Mas sempre transpirava com antecipação o primeiro dia de chamada, e os estudantes, prevenidos por caminheiros pagos por eles, compareciam pela maior parte. O reitor Sanches de Baena, para prevenir êste abuso, lembrou-se de afixar os editais que anunciavam as matrículas incertas no primeiro dia de chamada; mas, comparecendo no fim do último dia um numeroso grupo de estudantes, em grande parte do *Rancho da Carqueja*, e não querendo admiti-lo o reitor, originou-se uma desordem violenta, tendo de fugir o reitor e o secretário que fazia a chamada (3).

Não havia exames senão nos últimos anos do curso, como já dissemos. Êstes exames versavam sôbre pontos,

---

(1) Na maior parte dos colégios, os estudantes só residiam até à Páscoa, por não chegarem as rendas para mais.

(2) As duas *matrículas incertas* foram estabelecidas pelo alvará de 7 de Dezembro de 1660, aviso régio de 8 de Novembro de 1738 e carta régia de 6 de Maio de 1739; foram revogadas por provisão de 29 de Abril de 1758, ficando reduzidas a uma só. *Vid.* Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, t. III, pág. 188).

(3) Outras providências se adoptaram depois.

O alvará de 18 de Julho de 1727 determinava que os bedeis apontassem as lições em que os lentes não lessem por falta de estudantes, para que na prova do ano se lhes abatesse um dia por cada lição, e que, se os lentes lêssem com tão poucos estudantes que se pudessem fácilmente contar, os bedeis os tomassem a rol, para que os outros incorressem na perda de um dia por cada uma destas lições.

Pela provisão de 16 de Outubro de 1739 determina-se que, quando um lente deixar de lêr por falta de ouvintes, não se admita estudante algum da respectiva Faculdade a provar o ano.

já muito sabidos, em que os estudantes eram de ordinário leccionados por um doutor.

Com estas facilidades era enorme a inscrição, chegando a três mil alunos em Leis e Cânones.

Qualquer estudante, por mais ignorante que fôsse, podia aspirar ao doutoramento.

Os doutores eram considerados concorrentes ou opositores às cadeiras. Havendo uma vaga, concorriam a ela os opositores. A prova de concurso reduzia-se, para cada opositor, ao *acto de oposição*, em que íam argumentar os outros. Mas, como eram muitos, e o júri costumava atender principalmente à antiguidade do grau, acabaram os opositores por combinar entre si os argumentos; o que reduzia o acto a uma mera formalidade.

Com o tempo introduziu-se tambêm o *acto de ostentações,* que chegava a durar três dias; e, sendo a princípio facultativo, se veio a tornar obrigatório.

Como os estudantes votavam nos concursos, os opositores íam oferecer-se-lhes para falarem de repente sôbre qualquer assunto; foi daqui que nasceram as *ostentações*.

Êste costume trazia a academia dividida em partidos, alimentados pelos colégios, e era origem de freqùentes distúrbios.

Sem solicitações de espírito, é fácil de prever qual seria a ocupação do estudante de Coimbra, na época de que estamos tratando.

Temos o depoimento interessantíssimo do Dr. António Nunes Ribeiro Sanches, que frequentou a Universidade, de 1716 a 1719, e é um dos portugueses mais ilustres do século XVIII. Terminado o curso médico, graduou-se em Salamanca, em 1722, foi médico do partido municipal em Benavente; mas emigrou em 1725, receoso da Inquisição, vindo a morrer em Paris, sem ter voltado a Portugal. No estrangeiro conviveu com alguns dos sábios mais afamados do seu tempo, tendo sido discípulo em Leyde do célebre Boerhave. Escreveu o *Metodo para aprender a estudar a Medicina*, as *Cartas para educação da mocidade*, etc.,

e foi o principal inspirador da reforma pombalina. No primeiro dêstes livros se encontram dados muito curiosos sôbre a vida escolar em Coimbra (1).

Como hoje ainda sucede, a maioria dos estudantes vivia em casas alugadas, uns na cidade, outros nos arrabaldes.

As casas eram, como hoje, alugadas sem mobiliário, tendo o estudante de trazer tudo de casa, às vezes de muito longe. A criadagem era variável. Diz Ribeiro Sanches: «Cada dois ou três estudantes tem uma ama, um e às vezes três criados; se é cavalheiro, tem um cozinheiro, um creado e um pagem ou, pelo menos, um negro. O fausto dum fidalgo, ou seja porcionista nos colégios de S. Pedro e de S. Paulo, consiste no maior número de criados e sustentar uma mula ou cavalo».

Não indo às aulas, nem trabalhando em casa, em que passaria o tempo o estudante? Então, como hoje, não havia uniformidade, no que toca às diversões do cábula.

Havia, em primeiro lugar, o estudante genuinamente preguiçoso, pondo todo o prazer na vida ociosa, no *dulce far niente*, ou na pândega pacata.

«Conheci muitos, diz Ribeiro Sanches, que se levantavam sòmente da cama para o jantar, estando de boa saude, outros passando dia e noite a tocar instrumentos músicos, a jogar as cartas e a fazer versos».

Não faltava já então o estudante crónico. Eis como Ribeiro Sanches o descreve:

«Lembro-me que reparei em Coimbra em um estudante,

---

(1) Ribeiro Sanches, ao sair de Portugal, dirigiu-se a Génova, donde passou a Londres, onde esteve dois anos, e depois a França.

De França foi para a Holanda, sendo discípulo de Boerhave, em Leyde, de 1728 a 1731.

Por indicação de Boerhave, partiu para a Rússia, a convite da Imperatriz, Ana Ivanowna, onde desempenhou várias missões oficiais, sendo nomeado médico da Imperatriz. Morta ela, fixou residência em Paris, onde morreu, tendo passado grandes privações. Teve duas tenças, uma do govêrno português, por algum tempo suspensa, outra da Imperatriz da Rússia.

já de idade mais de 60 anos. Como o proprietário da casa onde ele morava, o conhecesse, respondeu-me que este estudante velho, sendo rapaz e estudante matriculado na Universidade, um seu parente lhe fizera um legado de duzentos reis por dia, emquanto andasse na Universidade. Que fez o estudante? Continuou a matricular-se cada ano, e assim destinou a sua vida naquele estado para receber dois tostões por dia, emquanto vivesse».

Com estes estudantes relativamente socegados se misturavam ociosos estranhos à academia, que se faziam passar por estudantes. Diz Ribeiro Sanches: «Tambem vi homens de maior idade, sem professarem mais que a vida *de feição e galanteio* virem de Lisboa e das províncias passar o inverno a Coimbra, logeados com estudantes, na intenção de se divertirem; nunca lhes faltou companhia de jogar, glosar motes, tocar instrumentos, dançar e consumir o tempo na conversação dos equívocos e dos repentes».

Às vezes as músicas vinham para a rua, incomodando os moradores da cidade; pelo alvará de 20 de Julho de 1539 vê-se que «alguns estudantes da Universidade, não esguardando o que cumpre ao serviço de Deus e meu (fala D. João III) e à honestidade de suas pessoas, andam de noite, com armas, *fazendo músicas e outras artes não mui honestas por essa cidade,* do que se segue escândalo aos cidadãos e moradores e pouca honra e autoridade à Universidade» (1).

Entre os divertimentos da época contavam-se os oiteiros ou saraus poéticos; quási todas as noites os havia defronte dos próprios Colégios de S. Pedro e S. Paulo.

Os oiteiros nos conventos de freiras, as touradas que ali por vezes se davam, nos terreiros, desenvolviam natu-

---

(1) O divertimento persistiu: a portaria de 14 de Dezembro de 1838 providenceia contra os toques de tambor, foguetes e alaridos nocturnos, pondo em susto os habitantes da cidade.

ralmente o galanteio junto das freiras (1). Havia estudantes, e até lentes, com a pecha de *freiráticos*, tendo sido publicada contra êles a lei de 3 de Novembro de 1671 e a provisão de 3 de Março de 1725, em que se manda que o corregedor da comarca de Coimbra tire todos os anos uma devassa das pessoas que teem relações com freiras.

Também Ribeiro Sanches nos fala do estudante janota no seu *Metodo para aprender a estudar a Medicina:*

«Até ao ano de 1718, o vestido dos estudantes da Universidade de Coimbra era uma loba de baeta com capa, que custava 7.200 rs. até 9.600 rs. Neste ano veio de Lisboa a moda da abatina, e vem a custar este vestido, de crepe ou de pano, 25.000 rs. até 30.000 rs. Deixo aquela destruição de *voltas* e *punhos de cambraia*, que não se fabricam em Portugal; deixo o gasto que faz o estudante das *engomadeiras*. O que vi mais lamentavel eram doze ou quinze logeas estrangeiras na rua da Portagem, onde os estudantes compravam *meias*, *fivelas*, *luvas*, *estojos*, *tesoiras e tudo que vem de França e de Inglaterra*. Ali aprendiam e adquiriam o habito de não poderem vestir-se senão do que se fabrica fora do reino».

Passatempo favorito dos estudantes era a *troça*, sob diversas formas.

Pelo alvará de 23 de Setembro de 1539 vê-se em que consistia a troça dentro das aulas:

«Alguns estudantes não esguardando o que cumpre a seu habito e á sua honra desses estudos, por algumas leves causas que a isso os movem, estando nas escolas ouvindo os lentes, *pateiam com os pés e batem com os tinteiros* aos que vão tarde e a outros».

Mais tarde Verney, no seu *Verdadeiro metodo de estudar*, notava ainda que os estudantes embaraçavam a entrada de visitantes nas aulas, *raspando com os pés no*

---

(1) Vid. *O Conimbricense*, 1868, n.º 2.224.

chão, costumeira que ainda se usava no meu tempo de estudante.

Alguns usos caricatos, em algumas procissões, eram largamente explorados pela veia trocista dos estudantes, apesar do fanatismo religioso de aqueles tempos (1). Tais eram: danças profanas intercaladas nas procissões, taboleiros de pão *(fogaças)*, à cabeça de mulheres aparatosamente vestidas e decotadas, etc.

A procissão de *Corpus Christi*, acompanhada de danças, jogos e figuras impróprias, era com freqùência perturbada por scenas escandalosas, como sucedeu no ano de 1724 (mais tarde em 1842, etc.) (2); mas a procissão que mais troça provocava era a chamada *procissão dos nús*, que saía do mosteiro de Santa Cruz, no dia dos Santos Mártires de Marrocos (16 de Janeiro). Dos arredores de Coimbra acudiam numerosos penitentes, nús da cinta para cima, que acompanhavam as relíquias dos Mártires (3); os estudantes durante o trajecto dirigiam-lhes chufas, e davam-lhes repelões tremendos. Teve por fim de intervir o bispo com uma pastoral severa, proìbindo que se incorporasse na procissão quem não estivesse decentemente vestido.

Por ocasião do ponto havia as *soiças* (mais tarde *latadas*), de tal maneira ruidosas, que tiveram de ser proìbidas por carta régia de 4 de Julho de 1541.

Também o alvará de 1 de Julho de 1541 teve de proìbir as *invectivas*, *cartas* ou *trovas de mal dizer*, à porta das Escolas, por ocasião dos doutoramentos, vestígios do antigo *vexame*, que consistia em invectivar o graduando por *defeitos graciosos*. Segundo os Estatutos de D. Manuel, «*um homem honrado louvará letras e cos-*

(1) Vid. *O Conimbricense*, 1866, n.os 2.021, 2.033.

(2) Antigamente, na procissão de *Corpus-Christi*, tinham-se introduzido grandes abusos, que tiveram de ser proíbidos por D. João V por carta de 27 de Maio de 1724. Vid. *O Conimbricense*, 1866, n.º 1.324.

(3) Mais de duzentos e vinte em 1641.

tumes do graduando e em linguagem por palavras honestas dirá alguns defeitos graciosos para folgar, que não sejam de sentir».

Por vezes as troças davam lugar a desordens, como sucedeu em 1801 (25 de Março): de gracejos dirigidos aos milicianos resultou grande balbúrdia, felizmente sem conseqùências de gravidade.

A monomania dominante era, porêm, a da valentia, traduzindo-se em passatempos brutais. Diz, a êste respeito, Ribeiro Sanches:

«Cada um tem sua sociedade particular, e daqui vem que todos vivem armados com ânimo de ofender e de ofender-se, do mesmo modo que se vivessem entre inimigos e não na sociedade civil, onde a união e a cordealidade são o mais potente beneficio a que aspira o Estado bem governado».

Ficavam, portanto, letra morta as proìbições dos Estatutos. Já vimos o que dispunham a êste respeito os Estatutos de D. Manuel. Os Estatutos de 1591 dizem textualmente:

«Nenhum estudante trará armas ofensivas e defensivas, de qualquer sorte que sejam, ainda que seja faca ou canivete, de dia nem de noite, nas escolas, nem fora delas, pela cidade e seus arrabaldes, e quem o contrário fizer, pela primeira vez perderá as armas para o meirinho ou guarda das escolas, qual primeiro o acusar, e pela segunda vez, alem de as perder, estará preso oito dias».

Os Estatutos velhos (os de 1612, em vigor até Pombal), estabelecem para a reincidência, alêm da prisão por oito dias, uma multa de 2.000 reis.

Várias disposições avulsas insistiam na mesma proìbição; assim D. João III determinava no alvará de 26 de Agosto de 1538 que os estudantes «*não tragam punhal nem daga*».

Vê-se que era abuso dominante. Noutra passagem da sua obra, diz sôbre o mesmo assunto Ribeiro Sanches que «os estudantes rondavam armados de noite, como

se a Universidade estivesse sitiada pelo inimigo; muitos tinham um cão de fila, que era sua companhia de noite».

Para mais fácilmente exercerem as suas tropelias, era freqùente o uso de máscaras ou rebuços.

Várias provisões tinham sido enviadas à Universidade em 1648, 1656 e 1671 contra as turbulências dos estudantes. Caìdas no esquecimento, veiu a provisão de 4 de Abril de 1721, proìbindo *armas, rebuços com capotes e máscaras*, etc.

Êstes costumes mantiveram-se até nossos dias, sendo a arma a *moca*, e a máscara o *gôrro puxado para a cara*, com dois buracos para os olhos.

Às vezes era necessário derogar o privilégio do fôro privativo. Assim, diz a provisão de 24 de Julho de 1721: «sendo-me presente que na ocasião dos touros que houve no mosteiro de S.ta Clara, extra-muros da cidade de Coimbra, se mascararam alguns estudantes, que juntos foram em um dia insultar o juiz de fora e em outro o corregedor da comarca, que vendo o excesso dos ditos mascarados e intentando prendê-los, estes lhe resistiram com armas de fogo, e lhe feriram um alcaide, e que, não obstante a resistência, o dito corregedor prendera nove dos mascarados; fui servido resolver que o corregedor tirasse logo uma exacta devassa e que, sem embargo dos mascarados serem estudantes, não remetesse os presos nem as culpas ao conservador seu privativo, derogando por esta vez os privilégios dos ditos estudantes, como protector que sou da mesma Universidade...».

Um dos divertimentos persistentes até hoje eram as *troças* ou *investidas de novatos*.

Atingiram tal violência que D. João V viu-se obrigado a publicar a carta régia de 7 de Janeiro de 1727, mandando riscar dos seus cursos o estudante *que por palavras ou obras ofender outro, com o pretexto de novato, ainda que seja levemente* (1).

---

(1) Eis o documento na sua incorrectíssima linguagem: «Dom João

O costume continuou infelizmente até nossos dias, dando logar por vezes a scenas trágicas: no dia 3 de Maio de 1873, pelas 8 da noite, junto do Castelo, foi cortado o

---

etc., como protector que sou da Universidade de Coimbra, faço saber a vós Francisco Carneiro de Figueiroa, do meu Conselho e do geral do Santo Ofício e reitor da mesma Universidade, que tendo respeito ao que por carta de 4 de Fevereiro passado me representastes, em razão de serem muito antigas na Universidade as chamadas *investidas de novatos*, e de alguns anos a esta parte se faziam com tal excesso que padeciam barbaridades, e ainda que de presente havia nisto alguma moderação, não deixaram totalmente de cessar, de que resultava residirem pouco os estudantes no seu primeiro ano da Universidade, ou porque temem estas investidas ou porque buscam este pretexto para não residirem, e ainda alguns faltam no segundo ano porque nele os perseguem, se não teem sido investidos no primeiro; e a 3 do dito mês de Fevereiro, na igreja do Colegio dos ditos padres da Companhia matara um estudante a outro, de que se dizia fôra origem e ocasião uma investida que na mesma igreja se fizera a um novato, de que me dareis conta para me ser presente o referido; e que seria necessário proíbir totalmente estas investidas; tendo consideração ao referido e ao mais que sobre este particular referis, e ao que sobretudo se me consulta pelo meu Tribunal da Mesa da Consciencia; hei por bem e mando que todo e qualquer estudante que por obra ou por palavra ofender a outro com o pretexto de novato, ainda que seja levemente, lhe sejam riscados os cursos e fique o conservador da Universidade obrigado a tomar em segredo as denunciações que a este respeito se lhe fizerem, o qual fará sumario delas, e o entregará ao reitor que fôr da Universidade para este o sentenciar, das quais sentenças não haverá apelação nem agravo para o dito Tribunal, como se pratica com os que são compreendidos em matriculas falsas.

Pelo que vos mando e ao dito conservador e mais pessoas dessa Universidade a que tocar que na forma sobredita cumprais e façais inteiramente cumprir esta Provisão como nela se contem sem duvida alguma, a qual fareis publicar nessa Universidade para vir à noticia de todos esta minha resolução, e depois de publicada e registada no livro de registo da Universidade se guardará no Cartório dela. El-rei nosso Senhor o mandou pelos D. D. João Cabral de Barros e Alexandre Ferreira, deputados do despacho do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens.

Antonio Roiz Maia a fez em Lisboa Ocidental a 7 de Janeiro de 1727. Manoel Coelho Veloso a fez escrever. (Vid. *O Conimbricense*, 1868, n.º 2.221).

cabelo, à força, a um estudante. Êste, logo que se viu livre dos agressores, atirou contra o grupo uma pedra, que feriu mortalmente um deles (1).

Resta-me ainda falar de verdadeiras quadrilhas de malfeitores, cujos membros só de estudantes tinham o nome e que por vezes vexavam os próprios camaradas (2).

A que maior celebridade adquiriu foi o *Rancho da Carqueja* que cometeu as maiores tropelias em 1720 e 1721, sendo reitor o Dr. Sanches de Baena.

Um dos seus fins era raptar donzelas, levando a audácia a ponto de pretenderem raptar uma sobrinha do próprio reitor.

Uma das suas proezas foi fazer despir um novato e açoital-o com disciplinas, depois de palmatoadas e corte rente do cabelo.

Foi preciso vir a Coimbra força armada para o conter. Chegada a força (19 de Fevereiro de 1721), foram presos trinta e tantos estudantes e conduzidos algemados para Lisboa. D. João V mandou-os degredados para a Índia, e o seu chefe, o estudante canonista, Francisco Jorge Aires, da Vila da Feira, acusado dum assassinato, foi degolado (3), sendo a sua cabeça remetida para Coimbra, e aqui exposta na Praça de S. Bartolomeu (desde 1 de Julho de 1722).

Apesar dêste rigor, aparece outro rancho (4), poucos anos depois, em 1737, composto de doze estudantes, que armados percorriam as ruas de noite, fazendo esperas a outros estudantes e cometendo as maiores tropelias.

Em 1803 existiu em Coimbra um *Novo Rancho* de cinqùenta a sessenta estudantes libertinos: tinham uma casa,

---

(1) Vid. *O Conimbricense*, 1877, n.º 3.161; 1878, n.º 3.197.

(2) Vid.: *O Conimbricense*, 1868, n.ºs 2.234, 2.235, 2.236; 1875, n.º 2.771; 1889, n.ºs 4.406 e 4.407; Camilo Castelo Branco, *Noites de insomnia*, n.º 1, pág. 94; F. A. Martins de Carvalho, *Algumas horas na minha livraria*, pág. 109 a 112.

(3) No Pelourinho, a 20 de Junho de 1722.

(4) Chamado *Rancho dos Doze*.

onde à noite se juntavam a comer e beber, a dansar com meretrizes, e donde saíam armados a infestar a cidade.

Foram presos os principais (uns dezoito), e o rancho desfez-se.

Já depois de implantado o regime liberal, em 1837, apareceu outra associação criminosa — a *Republica do Carmo* — composta de estudantes que residiam na Sofia, no antigo colégio do Carmo. Até de dia andavam armados de punhais, e cometeram vários crimes. No começo do ano lectivo de 1838-1839 foi assassinado o Dr. Serafim, professor do Colégio das Artes; em 20 e 21 de Maio daquêle ano houve facadas, tiros, arrombamentos, completa anarquia em toda a cidade. Um lente de Medicina, o Dr. Cesário Pereira, foi gravemente ferido com dois tiros, na noite de 30 de Junho de 1839; dois lentes de Filosofia, os drs. Pinto de Almeida e Pereira de Sena, foram insultados e ameaçados.

Em 1841, na noite de 26 de Dezembro, foi morto pela força pública, agredida, um dos da quadrilha.

Esta desfez-se pouco depois, em Janeiro do ano seguinte (1).

Com a reforma pombalina sofreu grande modificação o regime dos estudos, assim como o corpo docente, parte do qual foi aposentado, sendo substituido por professores novos.

A Universidade passou a reger-se por novos Estatutos (1772). A Faculdade das Artes foi suprimida e substituida pelas de Matemática e Filosofia, cada uma das quais tinha a princípio quatro cadeiras apenas. Á Universidade foi entregue o grande edifício do Colégio de Jesus, e nêle se instalaram o Laboratório de Física, o Laboratório Químico, o Museu de História Natural, o Hospital, o Dispensatório Farmacêutico e o Teatro Anatómico. Na cêrca dos Bentos foi escolhido terreno para a

---

(1) Vid. *O Conimbricense*, 1878, n.º 3.199.

fundação do Jardim Botânico. Estabeleceu-se emfim o ensino experimental.

A freqùência tornou-se obrigatória, passando os exames a fazer-se por anos. Os estudantes que, continua ou interpoladamente, dessem trinta faltas não justificadas ou sessenta justificadas perdiam o ano. O aviso régio de 8 de Janeiro de 1791 punia as paredes com perda de ano.

Diz D. Francisco de Lemos que nos dois primeiros anos que se seguiram à reforma viveram os estudantes com a maior *regularidade* e *concerto*. Tinham concorrido muitos estudantes a assistir à abertura dos novos Estudos; mas, quando viram a necessidade de assistir às lições, retiraram-se pela maior parte, ficando só os escolhidos, cuja aplicação se tornou notável. Passados, porêm, dois anos, foi êste repouso perturbado por vadios que apareceram em Coimbra disfarçados em estudantes. A provisão de 12 de Agosto de 1775 proíbe o uso do hábito talar a quem não fôr eclesiástico ou estudante, *em vista de informações verídicas de que na cidade de Coimbra teem grassado e actualmente grassam vadios dissolutos e facinorosos que, fingindo-se estudantes e usando dos vestidos talares académicos, não só tratam de corromper com suas práticas e associações os verdadeiros, bons e legítimos estudantes para os precipitarem em desordens criminosas*, etc.

E, em ofício ao rei de 25 de Maio de 1804, queixa-se D. Francisco de Lemos da perversão dos costumes dos estudantes, abuso de vinho e licores, comércio com mulheres públicas, presença na Universidade de incorrigiveis, etc.

Não era possivel, com efeito, uma brusca transformação de costumes.

Vamos agora analisar os factos desta época, mais importantes para a vida académica.

Na primeira metade do século XIX foi grande a agitação em Portugal, motivada pela invasão francêsa e pelas nossas lutas civis. Reflectindo-se na Universidade, deu-lhe uma vida acidentada com largas interrupções dos estudos.

Foi êste o periodo dos longos encerramentos da Universidade, dos batalhões académicos, dos perdões de acto e das sociedades secretas.

A Universidade esteve fechada durante a maior parte do ano lectivo de 1808-1809: foi mandada encerrar pela carta régia de 2 de Janeiro de 1809, havendo perdão de acto nêsse ano (aviso de 11 de Outubro de 1809).

Não abriu nos seis anos lectivos seguintes:

1810-1811 (avisos régios de 10 de Setembro de 1810 e 23 de Setembro de 1811);

1828-1829 (cartas régias de 26 de Maio de 1828 e 27 de Março de 1829);

1831-1834 (carta régia de 19 de Setembro de 1831, portaria de 14 de Maio de 1834).

1846-1847 (portarias de 16 de Outubro de 1846 e 2 de Agosto de 1847) (1).

Houve em Coimbra neste tempo seis batalhões académicos (2).

O primeiro (1808-1811) foi organizado contra os franceses.

O segundo (1826-1827) formou-se para defesa da causa liberal, tendo prestado grandes serviços na campanha da Beira; era composto de quatrocentas praças, formando seis companhias.

O terceiro (1824-1834) resultou da revolução contra D. Miguel, que rebentou em Coimbra a 22 de Maio de 1828.

A 25 de Abril dêste ano, dia do anniversário de D. Carlota Joaquina, tinha-se realizado na Sé uma pomposa festa para a qual tinham subscrito duzentos e trinta e nove estudantes da Universidade e vinte e cinco do Colégio das Artes. O batalhão académico liberal, organizado quási um mês

---

(1) Vid.: *O Conimbricense*, 1869, n.º 2.247 e seg.; *Relação dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra*, anos supramencionados.

(2) Vid.: *O Conimbriceuse*, 1890, n.º 4.434 e seg.; F. A. Martins de Carvalho, *Algumas horas na minha livraria*, pág. 55.

depois, tinha três companhias, na força total de cento e sessenta e nove praças.

Os estudantes realistas, retirando-se na direcção de Lisboa, formaram em Leiria um pequeno corpo de cinqùenta e três praças, que se bateu com as forças liberais a 24 de Junho, na Cruz dos Morouços, onde dois académicos dêste corpo foram feridos e feitos prisioneiros. Depois desta batalha retirou o batalhão académico para o Pôrto, donde seguiu para a Galiza, embarcando uns estudantes para Inglaterra e outros para França.

Concentraram-se depois na Terceira, tomando parte importante na tomada da Ilha de S. Miguel.

Quando mais tarde desembarcou no Mindelo, tinha o batalhão cento e cinqùenta praças, alistando-se durante o cêrco do Pôrto mais quarenta e cinco académicos.

Parte do batalhão académico seguiu na expedição que saiu do Pôrto para o Algarve, tomando parte no ataque a Lisboa. Foi mandado dissolver depois da convenção de Évora-Monte.

O decreto de 8 de Março de 1833 e a carta de lei de 15 de Outubro de 1834 concederam perdão de acto aos estudantes do batalhão académico.

O quarto batalhão (1837) foi uma conseqùência da *revolta dos marechais*, com que se pretendeu anular a revolução de Setembro de 1836.

Como a guerra civil acabasse com a batalha de Ruivães, ganha pelas forças do Govêrno, dissolveu-se o batalhão, que se limitou a algumas guardas em Coimbra.

A carta de lei de 9 de Abril de 1838 concedeu perdão de acto no ano lectivo de 1837-1838.

O quinto batalhão (1846) resultou do movimento popular no Minho *(Maria da Fonte)* que se manifestou em Abril e Maio de 1846, e a que aderiu Coimbra em 16 de Maio. Logo no primeiro dia de alistamento (18 de Maio) se inscreveram cento e trinta e três estudantes. O batalhão chegou a marchar para Lisboa, mas, com a organização do novo ministério presidido pelo Duque de Palmela, re-

gressou a Coimbra e dissolveu-se. Foi seu comandante Fernando Eduardo Vasques da Cunha, depois visconde de Maiorca.

O *Periodico dos Pobres* do Pôrto, gazeta cabralista, insinuou que os estudantes tinham pegado em armas, com mira num perdão de acto, o que motivou um protesto dos estudantes inscrito no *Grito Nacional* de Coimbra (16 de Junho de 1846). O vice-reitor é que julgou conveniente pedir ao Govêrno da presidencia do duque de Palmela, em 5 de Agosto, dispensa de actos, por ir a época muito adeantada; mas o pedido não foi atendido, mandando-se fazer os actos no princípio de Outubro seguinte.

Como dois jornais de Coimbra, o *Grito Nacional* e o *Povo*, censurassem a resolução do Govêrno, foi mandada ao primeiro dêstes jornais uma honrosissima declaração por um grupo de académicos, a cuja frente estava Casal Ribeiro.

O sexto batalhão (1846-1847) resultou da *emboscada de 6 de Outubro* de 1846, que derrubou o ministério popular presidido pelo duque de Palmela, substituindo-o por um ministério cartista presidido por Saldanha. Seguiu-se logo a 9 uma reacção popular no Pôrto, que alastrou por quási todo o país, mandando o governador civil de Coimbra, marquês de Loulé, proceder em 11 ao alistamento dum batalhão académico.

Foi ainda seu comandante Vasques da Cunha, então já visconde de Maiorca.

Tendo-se retirado para o Pôrto, depois do desastre de Torres Vedras em 22 de Dezembro de 1846, seguiu uma parte do batalhão na expedição que partiu para o sul, sob o comando de Sá da Bandeira, em 29 de Março de 1847. Desembarcados, dirigiram-se a Setubal, tomando parte na batalha do Alto do Vizo, em 1 de Maio, em que morreram quatro estudantes e ficaram feridos oito. O resto do batalhão incorporou-se na expedição comandada pelo conde das Antas, que, logo ao sair da barra do Douro, foi aprisionada pela esquadra inglesa e conduzida a Lisboa. O

batalhão dissolveu-se com a convenção de Gramido (29 de Junho de 1847).

A Junta Provisoria do Pôrto concedeu, por portaria de 16 de Outubro de 1846, perdão de acto no ano lectivo de 1845-1846.

Vimos como das guerras em que andámos involvidos na primeira metade do século passado resultaram quatro perdões de acto.

Em 1817 (ordem régia de 13 de Março) e 1819 (carta régia de 3 de Maio) tinha tambêm havido perdões de acto, mas de caracter muito restrito.

Houve mais dois perdões de acto no século passado: o de 1850-1851, concedido por portaria do duque de Saldanha de 16 de Maio de 1851, datada de Coimbra, aos estudantes habilitados pelos conselhos das respectivas Faculdades, e o perdão de acto concedido para 1851-1852 por D. Maria II, quando esteve em Coimbra, em Abril de 1852 (decreto de 25 de Abril).

Já vinha do século XVII a prática dos perdões de acto. Em seguida à reforma pombalina, houve perdão de acto em cada um dos seis anos lectivos de 1789-1795.

Anteriormente a Pombal, chamavam-se *anos de mercê*, visto não haver actos senão para o fim do curso. Contam-se os seguintes:

1692-1693, concedido por ocasião da estada em Coimbra da rainha de Inglaterra D. Catarina, irmã de D. Pedro II, que aqui se deteve, em jornada para Lisboa, de 8 a 11 de Janeiro de 1693;

1704-1705, concedido por D. Pedro II, quando aqui esteve de visita, em Agosto de 1704 (alvará de 17 de Agosto) poucos dias antes do arquiduque Carlos;

1750-1751, para celebrar a aclamação de D. José (decreto de 24 de Setembro de 1750);

1755-1756, concedido por provisão de 3 de Fevereiro de 1756, a pedido dos estudantes da Universidade, naturais de Lisboa, Algarve e Brasil que foram a Lisboa, em seguida ao terremoto de 1 de Novembro de 1755, *refri-*

gerar os animos e buscar as casas de seus pais, parentes e pessoas que lhes assistiam com as mesadas.

O perdão de acto, concedido por D. Maria II, em 1852, fechou a série.

Ainda em 1864, cinco estudantes da Universidade (1) se lembraram de pedir um perdão de acto, em comemoração do nascimento do principe D. Carlos; mas foi recusado, em portaria assinada pelo Duque de Loulé, com data de 25 de Abril.

Êste documento não agradou à academia, que protestou, fuzilando e queimando à porta férrea um manequim que representava o duque de Loulé, e fazendo na cidade uma enorme arruaça.

Tendo chegado do Pôrto uma força de infantaria para restabelecer a ordem, os estudantes, a pretexto de falta de segurança para as suas pessoas, resolveram abandonar a cidade, partindo para o Pôrto no dia 30 de Abril em número superior a duzentos. Conselhos prudentes do vice-reitor em exercício, Dr. José Ernesto, conseguiram que a Academia regressasse a Coimbra no dia 4 de Maio.

Êste movimento académico é conhecido pelo nome de *Rolinada.*

Floresceram na época a que nos estamos referindo as sociedades secretas (2).

Merece a nossa atenção em primeiro logar a sociedade secreta dos *Jardineiros* ou *Chícaras*, que funcionava na rua do Cabido.

Era composta de estudantes liberais, entre os quais Garrett.

Para celebrar o triunfo da revolução de 1820 promoveu *oiteiros* na *Sala dos Capelos*, nas noites de 21 e 22 de Novembro daquêle ano. A restauração da monarquia

---

(1) Um deles era o estudante Chaves e Castro, que mais tarde foi um dos professores mais austeros e mais sabedores da Faculdade de Direito.

(2) Vid.: *O Conimbricense*, 1868, n.º 2.174 e seg.

absoluta, em seguida à *Vilafrancada*, foi também festejada com *oiteiros* na *Sala dos Capelos*, nas noites de 23, 24 e 25 de Fevereiro de 1824 (1).

Houve disturbios, sendo mandada abrir uma devassa.

Outra sociedade secreta — a dos *Divodignos* — promoveu em 1828 o celebre crime de Condeixa.

Quatro dias depois da dissolução das Côrtes pelo regente D. Miguel, em 13 de Março, mandaram a Universidade e o Cabido uma deputação a Lisboa para o saudar. A comissão partiu de Coimbra na tarde de 17 de Março, e na noite do mesmo dia seguiram-lhe no encalço treze estudantes dos mais exaltados. Deu-se o encontro, na manhã de 18, a uma légua de Condeixa, ficando mortos dois lentes e feridas outras pessoas. Foram logo presos nove estudantes, sendo processados e julgados em Lisboa e ali enforcados em 20 de Junho (2).

Pela resolução régia de 26 de Fevereiro de 1829 foram riscados 457 alunos que tinham pertencido aos batalhões académicos organizados em 1826 e 1828 e demitidos muitos lentes de ideias liberais (3). Vitoriosa mais tarde a causa liberal, é publicada a carta régia de 15 de Julho de 1843, que demite quarenta e seis lentes por desafectos ao regime liberal.

---

(1) Nos *oiteiros* de 1820 recitaram Garret, quintanista de Leis, e Castilho, terceiranista de Canones.

Castilho recitou tambêm nos *oiteiros* de 1824 por condescendencia com a vontade paterna, celebrando, porêm, na festa do absolutismo a liberdade, diz Júlio de Castilho. Vid. *Memórias de Castilho*, tomo II, pág. 7.

(2) Escaparam três. Um dos quatro que conseguiram fugir foi preso mais tarde e enforcado a 9 de Julho de 1830.

(3) Note-se que D. Miguel permitiu por decreto de 10 de Julho de 1829 que os jesuitas se estabelecessem de novo em Portugal.

Foi-lhes entregue outra vez o Colégio das Artes por decreto de 9 de Janeiro de 1832, tomando posse dêle em 22 de Fevereiro de 1832.

Expulsou-os de novo a portaria de 24 de Maio de 1834. *Vid.* F. A. Martins de Carvalho, *Algumas horas na minha livraria*, pág. 127.

As lutas entre setembristas e cartistas tiveram menor repercussão na Universidade. Em 1 de Agosto de 1844, Costa Cabral publicou um decreto pelo qual os professores podiam ser demitidos pelo Govêrno, precedendo voto deliberativo do Conselho de Estado, *quando o bem público o exigir*. Apesar de revogado por Palmela (decreto de 28 de Maio de 1846), ainda em 1847 foram demitidos vários lentes, reintegrados depois pela intervenção estrangeira.

A grande indisciplina social dêste tempo não podia deixar de ter desastrada influência na vida académica; mas com o encerramento das nossas lutas civis inicia-se uma época nova na vida da academia de Coimbra: transformam-se os costumes, surgem novos ideais.

Seguir as fases desta evolução até hoje e indicar a orientação que porventura a deverá encaminhar no futuro — eis o tema da minha conferência de amanhã.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Começa uma nova era para a vida académica com o termo das nossas lutas civis ou fim do reinado de D. Maria II.

Com o estabelecimento da via férrea entre Lisboa e Pôrto (1), Coimbra perde o seu antigo isolamento, abrem-se novas e bem fornecidas livrarias (2), multiplicam-se as revis-

---

(1) A linha do Norte (Pôrto-Lisboa) foi inaugurada a 7 de Junho de 1864; o troço de Taveiro a Vila Nova de Gaia tinha sido inaugurado a 10 de Abril. A inauguração do primeiro caminho de ferro (Lisboa-Carregado) fez-se a 28 de Outubro de 1856, tendo os trabalhos começado a 17 de Setembro de 1853.

A mala-posta entre Coimbra e o Carregado (23 horas) tinha sido inaugurada a 8 de Maio de 1855, fazendo-se pelo Tejo o trajecto entre o Carregado e Lisboa, emquanto não funcionou o caminho de ferro. Primitivamente, os estudantes usavam jornadear a cavalo, agrupados em caravanas.

(2) No século XVIII, pouco antes da reforma pombalina, existiam numerosos livreiros em Coimbra (vinte em 1765, tendo três imprensa própria), segundo um documento publicado por *O Conimbricense* (1884, n.º 3.865). Dado o estado decadente da Universidade, devem ter sido na sua maioria alfarrabistas. Entre aquêles livreiros havia já então franceses, que, há muito, exploram entre nós o comércio dos livros. Todas as livrarias estavam estabelecidas do *Arco de Almedina* para cima. A *rua das Fangas* era, pela maior parte, ocupada nos séculos XVII e XVIII por livrarias e imprensas, de que ainda ficou vestígio no século seguinte.

Ali tiveram os seus estabelecimentos os livreiros franceses João Pedro Aillaud, cuja livraria, à esquina do *beco das Cruzes*, ardeu em

tas (1), uma grande curiosidade intelectual se apodera da mocidade.

Esta ao mesmo tempo associa-se mais intimamente, estabelecendo-se um espírito de solidariedade que não existia; cuida dos interêsses e do bem estar da colectividade; desenvolve-se o gosto pelos exercícios físicos.

Tendem a desaparecer os passatempos grosseiros de outrora. Há ainda por vezes tumultos, mas com um caracter diferente do dos antigos: teem quási sempre um

---

14 de Setembro de 1821, e Jacques Orcel, perseguido no tempo de D. Miguel pelas suas ideias liberais e falecido a 30 de Agosto de 1854. A Jacques Orcel sucedeu seu irmão José, falecido em 1886 (*O Conimbricense*, 1886, n.º 4.062). Foi José Orcel — pode dizer-se — o último livreiro da *rua das Fangas*, porque o seu sucessor e antigo empregado Francisco França Amado foi, algum tempo depois, estabelecer-se na *Calçada*. A primeira livraria da *Baixa* foi uma sucursal, na *Calçada*, da casa Moré, do Pôrto, gerida em Coimbra pelo francês Posselius. Data de 1853 a primeira encomenda de livros feita a Posselius pela *Biblioteca da Universidade*. Mais tarde, foi adquirida esta livraria por Manuel de Almeida Cabral, seu antigo empregado. Por 1864, estabeleceu-se também na *Calçada*, com loja de livros, José Melquiades Ferreira dos Santos, escritor e antigo livreiro de Lisboa. Esta livraria passou a ser muito concorrida de estudantes, ao passo que os lentes se tornaram a principal clientela da outra. Cêrca de dez anos mais tarde, apareceu na *Alta* a livraria Pires (José Diogo), também bastante freqùentada por professores. É a livraria França Amado a mais antiga das actuais livrarias da *Baixa*.

(1) Notem-se os seguintes periódicos fundados por estudantes, de 1858 a 1880:

Preludios literários (1858-1860), *Estreia literaria* (1858-1860), *A Saudade* (1859), *O Atheneu* (1860), *Academico*—2.º deste nome—(1860), *Phosphoro* (1860-1861), *Estreia literaria* —2.º deste nome — (1860-1861), *Gremio Alemtejano* (1861-1862), *Tira-teimas* — 2.º deste nome — (1861-1862), *O Minho* (1862), *Chrysalida* (1863-1864), *O Atila* (1863 1864), *Revista de Coimbra* (1865-1866), *Academia* (1866-1867), *Folha* (1868-1873), *Civilisação* (1869-1870), *Estudos cosmologicos* (1870-1871), *O Peregrino* (1871-1872), *Republica portuguesa* (1873), *Sul de Portugal* (1874), *O mosaico* (1874-1875), *Vespa* (1877), *Literatura Ocidental* (1878), *Estudos Medicos* (1878-1881), *Academia* — 2.º deste nome — (1878-1879), *Revista de Coimbra* — 2.º deste nome — (1879-1880), *Zumbidos* (1880), *Revista scientifica e literaria* (1880-1881).

fundo idealista — a luta pela liberdade e pela justiça, tais como apareciam aos olhos dos rapazes, ou a defesa da dignidade da classe perante reais ou supostos agravos.

Sucederam-se então ininterruptamente notáveis camadas de moços de talento, que mais tarde ocuparam logar proeminente nas letras, nas sciências, ou na política.

Tais são as camadas de Tomás Ribeiro e João de Deus, de Antero e Eça, de Junqueiro e Crespo, de Eduardo Abreu e Arroio (1).

Da primeira destas camadas fizeram parte Vieira de Castro que, matriculado em 1853, se formou em 1860, o Marquês de Sousa Holstein, Silva Gaio, Aires de Gouveia, Dias Ferreira, etc.

À camada de Antero e Eça pertenceram, entre outros, Manuel de Arriaga, Alves de Sá (Eduardo), António de Azevedo Castelo Branco, Oliveira Vale, José Falcão, podendo citar-se entre os vivos Teófilo Braga, Anselmo de Andrade e o nosso reitor Dr. Filomeno da Câmara, patricio e amigo de Antero, que temos o prazer de vêr aqui presente.

À terceira camada pertenceram, entre outros, João Penha, Hintze Ribeiro, Júlio de Vilhena, Bernardino Machado, António Candido, João Franco, Conde de Sabugosa.

Na última contam-se Luís Osório, António Feijó, Lobo de Avila, Trindade Coelho, Mousinho de Albuquerque (Joaquim), Luís de Magalhães, João Pinto dos Santos, etc.

---

(1) Tomás Ribeiro freqùentou a Universidade, como estudante de Direito, desde 1850 a 1855; João de Deus matriculou-se em Direito em 1849, vindo a formar-se em 1859; Antero do Quental matriculou-se em Direito em 1858; Eça de Queiroz, igualmente em Direito, em 1861; Guerra Junqueiro matriculou-se em Teologia em 1867, e no ano seguinte em Direito; Gonçalves Crespo, em Matemática em 1870, e três anos mais tarde em Direito; Eduardo Abreu matriculou-se em preparatórios médicos em 1874; João Arroio, em Direito, em 1876.

Eça descreve admiravelmente a Coimbra do seu tempo (*Notas Contemporaneas*, pág. 349):

«Em Coimbra, uma noite, noite macia de Abril ou Maio, atravessando lentamente com as minhas *sebentas* na algibeira o Largo da Feira, avistei sobre as escadarias da Sé Nova, romanticamente batidas pela lua, que nesses tempos ainda era romantica, um homem, de pé, que improvisava.

A sua face, a grenha densa e loura com lampejos fulvos, a barba dum ruivo mais escuro, frisada e aguda á maneira syriaca, reluziam, aureoladas. O braço inspirado mergulhava nas alturas como para as revolver. A capa, apenas presa por uma ponta, rojava por traz, largamente, negra nas lages brancas, em pregas de imagem. E, sentados nos degraus da Egreja, outros homens, embuçados, sombras immoveis sobre as cantarias claras, escutavam, em silencio e enlevo, como discipulos.

Parei, seduzido, com a impressão que não era aquele um repentista picaresco ou amavioso, como os vates do antiquissimo seculo XVIII — mas um Bardo, um Bardo dos tempos novos, despertando almas, annunciando verdades. O homem com effeito cantava o Céo, o Infinito, os mundos que rolam carregados de humanidades, a luz suprema habitada pela ideia pura, e

> ... os transcendentes recantos
> Aonde o bom Deus se mete,
> Sem fazer caso dos Santos,
> A conversar com Garrett!

Deslumbrado, toquei o cotovello dum camarada, que murmurou, por entre os labios abertos de gosto e pasmo:

— É o Anthero!...

Deus conversava com Garrett. Depois, se bem me lembro, conversava com Platão e com Marco Aurelio. Todo o céo era uma radiante Academia. Os Santos mais illustres, os Agostinhos, os Ambrosios, os Jeronymos, permaneciam fóra, pelos pateos divinos, sumidos numa névoa

subalterna, como plebe impropria a penetrar no concilio dos Philosophos e dos Poetas. Mas o escravo Epicteto apparecia, ainda coberto das cicatrizes do latego e dos ferros — e Deus estendia ao escravo Epicteto a sua vasta mão direita, donde se esfarellava o barro com que elle fabrica os astros...

> Epicteto, meu amigo,
> Quero ouvir o teu dictame
> E aconselhar-me comtigo...

Então, perante este céo onde os escravos eram mais gloriosamente acolhidos que os doutores, destracei a capa, tambem me sentei num degrau, quasi aos pés de Anthero que improvisava, a escutar, num enlevo, como um discipulo. E para sempre assim me conservei na vida.

. . . .

Coimbra vivia então numa grande actividade, ou antes num grande tumulto mental. Pelos Caminhos de Ferro, que tinham aberto a Peninsula, rompiam cada dia, descendo da França e da Allemanha (através da França), torrentes de cousas novas, ideias, systemas, estheticas, formas, sentimentos, interesses humanitarios... Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo, tornado propheta e justiceiro dos Reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e languido; e Goethe, vasto como o Universo; e Poë, e Heine, e creio que já Darwin, e quantos outros! Naquella geração nervosa, sensivel e *pallida* como a de Musset, (por ter sido talvez como essa concebida durante as guerras civis) todas estas maravilhas cahiam á maneira de achas numa fogueira, fazendo uma vasta crepitação e uma vasta fumaraça! E ao mesmo tempo nos chegavam, por cima dos Pyreneos moralmente arrasados, largos enthusiasmos europeus que logo adoptavamos como nossos e proprios: o culto de Garibaldi e da Italia redimida, a violenta compaixão da Polonia retalhada,

o amor á Irlanda, a verde Erin, a esmeralda celtica, mãe dos Santos e dos Bardos, pisada pelo Saxonio!...

. . . .

E outro bom signal do despertar do espirito philosophico era a nossa preoccupação anciosa das Origens. Conhecer os principios das civilisações primitivas constituia então, em Coimbra, um distinctivo de superioridade e elegancia intellectual. Os Veddas, o Mahabaratta, o Zend-Avesta, os Eddas, os Niebelungen, eram os livros sobre que nos precipitavamos com a gula tumultuosa da mocidade que devora, aqui, além, um trecho mais vistoso, sem ter a paciencia de se nutrir com methodo. Formoso tempo, todavia, esse, em que eu, ignorante, mas amando religiosamente a Sciencia dos outros, perguntava a um camarada, com os olhos esbugalhados de respeito e santa inveja: — «Oh menino, já conheces bem a Chaldêa?»

E nem por isso eramos menos alegres e phantasistas. O nosso mote, como a nossa Vida, todo se encerrava naquelles dois bellos versos:

A galope, a galope, oh Phantasia,
Plantemos uma tenda em cada estrella!

E em cada estrella plantavamos uma tenda, onde dormiamos e sonhavamos um instante, para logo a erguer, galopar para outra clara estrella, porque eramos verdadeiramente, por natureza, ciganos do Ideal. Mas o Ideal nunca o dispensavamos, e nem as sardinhas assadas das tias Camellas nos saberiam bem, se não lhes juntassemos, como um sal divino, migalhas de Metaphysica e de Esthetica. A pandega mesmo era idealista. Ao segundo ou terceiro decilitro de carrascão rompiam os versos. O ar de Coimbra, de noute, andava todo fremente de versos. Por entre os ramos dos choupos, mal se via com a nevoa das nossas chimeras».

Antero no prólogo das *Primaveras romanticas*, dizia em 1872:

«Fomos todos assim naquela encantada e quasi fan-

tastica Coimbra de ha dez anos. Um sopro romantico, calido, mas balsamico, fazia rebentar tumultuariamente as nossas primaveras em borbotões de flôres, flôres exoticas, estranhas, que a sciência impassivel bania inexoravelmente das suas correctas classificações, mas a que dava um indizivel encanto, um atrativo particular uma coisa — a mocidade».

Por esta época, no ano de 1865, surgiu a celebre *questão coimbrã*, luta entre a velha literatura oficial personificada por Castilho e os novos processos literários representados por Teófilo Braga e Antero do Quental.

Em 1864 apareceram a *Visão dos Tempos* e as *Tempestades Sonoras* de Teófilo Braga, e no ano seguinte as *Odes Modernas* de Antero do Quental. Estas publicações foram apreciadas por Pinheiro Chagas com um certo azedume.

Pouco depois, saiu a lume o *Poema da Mocidade* dêste escritor, acompanhado duma crítica literária de António Feliciano de Castilho, em forma de carta dirigida ao editor António Maria Pereira. Esta carta provocou logo outra scintilante de Quental, dirigida a Castilho com o título de *Bom senso e bom gosto*, seguindo-se uma polémica, que durou mais de seis meses, e em que tomaram parte numerosos escritores, como Pinheiro Chagas, Manuel Roussado, Júlio de Castilho, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Urbano Loureiro, António Feliciano de Castilho, Eduardo Vidal, José Feliciano de Castilho, Brito Aranha, Teixeira de Vasconcelos, Cunha Belem, Ricardo Guimarães, Luciano Condeiro, etc. Publicaram-se mais de quarenta opúsculos, alêm de muitos artigos avulsos, em Portugal e no Brasil. O folheto de Ramalho Ortigão, em defesa de Castilho, intitulado *Literatura de hoje*, originou o seu duelo com Antero, que se realizou nas proximidades do Pôrto, à espada, ficando Ramalho ligeiramente ferido. Êste duelo deu logar a uma grande exploração de livraria (*Pena e espada* por Carlos Borges, etc.), que matou a contenda.

Eis como Eça se refere à questão coimbrã (*Notas Contemporaneas*, pág. 361):

«Já não é facil, depois de tantos seculos, relembrar os motivos dogmaticos por que se esgadanharam as duas Litteraturas rivaes, de Coimbra e de Lisboa... O velho Castilho, contra quem se ergueram então tantas lanças e tantos folhetos, não se petrificara realmente numa fórma litteraria que puzesse estorvo á delgada corrente do espirito novo. Fôra, é verdade, Trovador e Bardo; mas renovára o naturalismo classico com as suas traducções de Virgilio; e passara para a nossa lingua Molière, um dos mais nobres avós da familia psychologa. Todas estas almas diversas (é certo) as moldava dentro duma vernaculidade arcadica que as deformava: mas a sua arte de escrever era polida, e houve dignidade e belleza no seu prolongado amor das Lettras e das Humanidades. (Seriam hoje uteis, entre nós, um ou dois Castilhos). Em todo o caso, relativamente a Anthero de Quental e a Theophilo Braga, o vetusto Arcade mostrou intolerancia e malignidade, deprimindo e escarnecendo dois escriptores moços, portadores duma ideia e duma expressão proprias, só porque elles se produziam sem primeiramente, de cabeça curva, terem pedido o sello e o visto para os seus livros á Mesa Censoria, installada sob a secca olaia do secco cantor da *Primavera*.

O protesto de Anthero foi portanto moral, não litterario. A sua faiscante carta *Bom senso e bom Gosto* continuava, nos dominios do pensamento, a guerra por elle encetada contra todos os tyrannetes, e pedagogos, e reitores obsoletos, e *gendarmes* espirituaes, com quem topava ao penetrar, homem livre, no mundo que queria livre. Para Theophilo Braga, essa lucta Coimbrã foi essencialmente uma reivindicação do Espirito Critico; para os outros pamphletarios, todos litteratos ou alitteratados, uma affirmação de Rhetorica; — para Anthero, de todo alheio ao litteratismo, um desforço da Consciencia e da Liberdade. Por isso o seu ataque sobretudo nos impressionou, não só

pelo brilho superior da sua ironia, mas pela sua tendencia moral, e pela quantidade de revolução que continha aquella altiva troça ao despota do purismo e do lexicon. Castilho, armado da sua ferula, e tendo a pretensão de dar com ella palmatoadas nas almas, apparecia aos nossos olhos, creadores de Phantasmas, como um verdadeiro monstro: Anthero, crivando de settas de ouro os flancos vernaculos do monstro, foi para nós como um Sagittario Libertador».

Esta actividade mental prolongou-se bastantes anos ainda. Fuschini, falando da academia de 1869 — a de Junqueiro — exprime-se assim nas *Liquidações politicas:*

«Naquele tempo a vida academica conservava ainda algumas das suas mais belas e apreciadas qualidades tradicionais.

. . . .

Em Coimbra então estudava-se, lia-se e discutia-se *de omni re scibili.* São famosos esses cavacos das longas noites de inverno, verdadeiras academias, em que a mocidade se adestra em falar e argumentar. Questões de arte, de sciencia e de literatura deslisavam e sucediam-se com pitoresco desalinho, expostas em boa e castiça linguagem entre originais apreciações; e as horas corriam alegremente, no mais doce convivio amigavel, em modesto quarto academico, à luz bruxuleante e frouxa do tradicional candieiro de três bicos. Oh minha amada Coimbra, oh minha mocidade passada!»

Uma duzia de anos mais tarde, havia ainda notável curiosidade mental e muito do espírito idealista que animava as épocas de Eça e de Junqueiro.

As festas do tricentenário da morte de Camões (10 de Junho de 1880) celebradas pela academia de Coimbra, em Junho de 1880 e Maio de 1881, foram coroadas de êxito completo, merecendo gerais louvores.

Ramalho Ortigão faz-lhes nas *Farpas* (vol. VIII, pág. 292) a seguinte referência:

«A mocidade academica celebrou em Coimbra a festa de Camões.

Registamos com jubilo este facto, que denota uma orientação nova no espirito dos estudantes.

Durante muitos anos a Universidade, representada pelos seus alumnos, só soube fazer troça. Os estudantes mais espirituosos e mais divertidos afirmavam os ardores da sua fantasia, dando faltas nas aulas, dando canelões nos caloiros, e não dando mais nada. Apenas, a horas mortas, algumas vezes, ao vir de cear, a mocidade, batia tambem um pouco pelas paredes e nos futricas».

Foi o remate das festas a inauguração do monumento a Camões, que se vê junto da Universidade, defronte do edifício da Faculdade de Letras (1).

---

(1) As festas de Junho de 1880 (8 a 10) constaram de serenata em honra dos habitantes de Coimbra a 8, inauguração, a 9, do retrato de Camões, no gabinete de leitura da *Associação Académica*, sarau de gala, no *Teatro Académico*, na noite deste mesmo dia, lançamento da primeira pedra do monumento a Camões, na alameda da *Rua Larga*, a 10.

As festas de Maio de 1881 (5 a 8), iniciaram-se, a 5, por uma excursão fluvial à *Lapa dos Esteios ou dos Poetas* muito frequentada pela mocidade académica desde 1822, em que os irmãos Castilhos (António, Adriano, Augusto e José) e outros poetas — doze ao todo — ali celebraram primeiro a festa da Primavera e depois a de Maio. Vid.: Castilho, *A Primavera*, 3.ª edição, 1.º vol., pág. 85 a 99; 2.º vol., pág. 27 a 32; C. C. Branco, *Serões de S. Miguel de Seide*, n.º 1, pág. 65.

Note-se, de passagem, que tambêm ali estiveram, em 1844, seis poetas, redactores do *Trovador* (João de Lemos, José Freire de Serpa, etc.), depois de terem festejado o S. João na *Quinta das Varandas*, e que Castilho lá voltou, em saudosa romagem, em 1 de Maio de 1862.

Como iamos dizendo, à *Lapa dos Esteios* aproou, a 5 de Maio, pelas 9 da noite, uma flotilha, conduzindo o *Orfeão Académico*, que ia cantando. O regresso fez-se a pé, em marcha *aux flambeaux*, dispersando o cortejo, às 2 da madrugada, junto da *Associação Académica*.

No dia 6 efectuou-se um préstito civico, que, partindo do pátio da Universidade, se dirigiu ao *Largo da Feira*, depois de percorridas várias ruas. No préstito tiveram larga representação as academias da Universidade e do Liceu, alunos de instrução primária, professores, autoridades, imprensa, associações locais, etc.

No *Largo da Feira*, tinha-se levantado um elegante pavilhão, onde foram distribuidos exemplares dos *Lusiadas* pelos alunos de instrução

Tambêm, em 1882, celebrou a academia distintamente o 1.º centenário da morte do Marquês de Pombal (8 de Maio) (1).

*

A relativa serenidade da vida académica, desde o reinado de D. Pedro V, é ainda às vezes perturbada por conflitos, que chegaram até nossos dias.

Á parte a *Rolinada*, de que já falámos, consistiram todos em desavenças com as autoridades universitárias, ou com a polícia, ou com os populares.

As perturbações da primeira espécie foram sobretudo uma conseqùencia do novo regime de estudos obrigatórios estabelecido por Pombal, a reacção contra antiquadas praxes ou contra os severos regulamentos da polícia académica.

Com as reformas de 1911 desapareceram êstes conflitos.

Enumeremo-los pela sua ordem.

---

primária incorporados no cortejo. Na noite dêsse mesmo dia houve um concerto no pátio da Universidade, brilhantemente iluminado, em que tomaram parte uma banda de 120 musicos e o *Orfeão Académico* dirigido por João Arroio.

No dia 7, à noite, realizou-se no *Teatro Académico* um sarau de gala em honra da *Comissão de Imprensa* de Lisboa.

Foram literárias a 1.ª e 3.ª partes do sarau, e musical a 2.ª, desempenhada pelo *Orfeão Académico*.

No dia 8 inaugurou-se, com a maior solenidade, o monumento a Camões, havendo à noite novo concerto pelo *Orfeão Académico*, no pátio da Universidade. Estas festas excederam em brilho as anteriores da academia: a de 1792, em que se festejou a esperada sucessão do reino, a de 1814, em que se celebrou a paz geral, e a de 1821, comemorativa da abertura das côrtes. (Vid. *O Conimbricense*, 1881, n.ºs 3.520 e 3.522).

(1) Decorreram estas festas de 6 a 8 de Maio. Constaram dum sarau literário-musical, a 6, no *Teatro Académico*, dum comício anti-jesuitico, no mesmo local, no dia seguinte, e da inauguração do retrato do Marquês, no dia 8, à noite, no gabinete de leitura da *Associação Académica*, seguindo-se uma marcha *aux flambeaux*, destinada a saudar o Dr. António Candido, que nêsse dia tinha discursado brilhantemente na sessão solene dedicada pela Universidade à memória de Pombal.

1857. Em 29 de maio, foi reprovado num concurso em Direito Augusto Barjona, tendo logar a votação na própria *Sala dos Capelos*, em seguida à última prova dos concorrentes.

Conhecido o resultado da votação, levantou-se grande sussurro, protestando em termos indignados Vieira de Castro, apoiado por todos os estudantes que enchiam a sala.

O júri declarou nula a votação, a pretexto dum engano na côr das *favas* com que então se votava; e, repetida a votação, foi o candidato aprovado por unanimidade.

1862. Em 1861, organizaram alguns estudantes a *Sociedade do Raio*, contra o reitor Dr. Basilio Alberto, que pela sua severidade era considerado um tirano (*bom tirano* lhe chamou Eça mais tarde). Reuniam-se romanticamente pelos arrabaldes, em sitios ermos, e nessas reuniões planearam a manifestação de 8 de Dezembro de 1862, na *Sala dos Capelos*, por ocasião da distribuição dos prémios. Quando o reitor pronunciava as primeiras palavras do seu discurso, os estudantes voltaram costas, saindo de roldão: só ficaram na sala os lentes e os premiados. Nessa noite não tocou a cabra, ficando o expediente a cargo do vice-reitor.

Poucos dias depois, o reitor pedia a demissão, que lhe foi dada a 22 de Junho de 1863.

Como os jornais politícos atacassem os estudantes, foi redigido por Antero do Quental um manifesto ao país.

Dá ideia do espírito de independência da mocidade dêste tempo o que se tinha passado, pouco antes, com a visita do principe Humberto a Coimbra. Antero foi nomeado presidente da comissão académica encarregada de cumprimentar o principe; e na mensagem que êle redigiu, havia o seguinte periodo: «Não é ao representante da casa de Saboia que vimos prestar homenagem, é ao filho do primeiro soldado da independência italiana» (1).

---

(1) O principe Humberto chegou a Coimbra, no dia 21 de Outubro de 1862, às 6 da tarde. No dia seguinte recebeu uma deputação da academia, que lhe leu a referida mensagem, e à noite houve sarau

1872. Na noite de 8 de Dezembro grande número de estudantes se aglomerou no pátio da Universidade, fazendo manifestações ruidosas, durante o baile, em honra dos premiados, oferecido pelo reitor (Visconde de Vila Maior). Não faltaram as chufas aos premiados e aos professores. Em conseqùencia deste facto foi a distribuição dos prémios transferida para 16 de Outubro, abolindo-se os saraus.

1882. Protestos contra a resolução do *Conselho de decanos* que expulsou os estudantes Palma e Azevedo.

1886. Protestos dos alunos de Matemática e Filosofia contra o reitor Adriano Machado, havendo *parede* nestas Faculdades.

No começo do ano lectivo de 1886-1887 houve grande excesso na troça aos *novatos*, à entrada das aulas, nos *Gerais*. Intervindo o guarda-mór com alguns archeiros, foi êle agredido, e um dos archeiros arremessado ao chão.

1892. Revolta, em Maio, dos estudantes contra o reitor Dr. Santos Viegas, a quem dirigiram palavras desrespeitosas grupos reunidos junto da *Reitoria*, havendo também *parede* geral.

1907. Tendo ficado reprovado nas teses que defendeu em Direito, a 27 e 28 de Fevereiro, o candidato José Eugénio Ferreira, houve protestos tumultuosos da academia, apupos aos professores de Direito, *parede* geral, intervenção da policia e encerramento da Universidade.

Foi o último conflito desta espécie. Era reitor, pela segunda vez, o Dr. Santos Viegas.

Passemos aos conflitos com a polícia.

A polícia civil foi creada, em Coimbra, em 1878 (lei de 30 de Abril).

1898. Houve dois conflitos com a polícia em Janeiro dêste ano. O primeiro no Teatro, onde os estudantes

no *Teatro Académico*, sendo recitada uma poesia de Antero do Quental. (Vid. *O Conimbricense*, 1862, n.º 912).

se tinham reunido para assentarem numa homenagem a Mousinho de Albuquerque, regressado de África; o comissário de polícia Ferrão intimou-os a *dispersarem*, por não terem solicitado prévia licença da autoridade administrativa.

O segundo teve logar, a 31, quando regressava, à noite, do Pôrto a comissão de estudantes republicanos que ali tinha ido comemorar aquêle aniversário.

Como houvesse manifestações na estação do Caminho de Ferro, onde tinham comparecido muitos estudantes, foram êstes dispersados *à pranchada*.

Houve violentos protestos, em reuniões efectuadas no pátio da Universidade, por ocasião do segundo conflito. Era reitor o Dr. Costa Simões.

1902. Este conflito teve origem no protesto da academia contra o *convénio*.

Não foi permitido que a academia se ocupasse do assunto nem na sua Associação nem em comício público; e, como a academia reagisse, estabeleceu-se grave conflito com a polícia, ficando ferido com um tiro o estudante Vasco de Quevedo, no dia 30 de Abril. Era reitor o Dr. Pereira Dias.

Falemos agora dos conflitos com a população da cidade, em 1854, 1913 e 1914.

1854. Por ocasião do Carnaval de 1854, houve grande rixa com os populares.

A desordem começou domingo gordo, 26 de Fevereiro, na *Praça de S. Bartolomeu*, por brincadeiras carnavalescas, que degeneraram em agressões mutuas. Continuou nos dias seguintes de Carnaval, tendo atingido a maior gravidade na terça-feira, na *Praça 8 de Maio*. Houve descargas, tendo ficado feridos alguns estudantes. Em virtude destes acontecimentos, no dia 2 de Março, de madrugada, reuniram-se na *Feira* cêrca de duzentos estudantes, e resolveram partir para Lisboa, a fim de apresentarem as suas queixas ao Govêrno. Chamou-se a êste êxodo a *Tomarada*,

porque os estudantes chegaram a Tomar, onde um delegado do Govêrno (Roussado Gorjão) os convenceu a voltarem para Coimbra. Governava então a Universidade, como vice-reitor, o Dr. José Manuel de Lemos (1).

Parecia que esta desavença de 1854 com a população da cidade deveria ser a última: na noite de 10 de Maio de 1881, em seguida às festas camoneanas, grande número de habitantes de todas as classes dirigiram-se ao *Teatro Académico*, havendo afirmações de confraternização entre a academia e a cidade.

Surgiram, porêm, novos motins, muito recentemente, em 1913 e 1914.

1913. Começou, na noite de 24 de Maio, durante a récita de quintanistas, no *Teatro Avenida*, por um conflito com a polícia: dois estudantes, não cumprindo a ordem da polícia para se retirarem, foram presos, tomando os outros o partido dêles.

Depois da meia noite, cem a cento e cinqùenta estudantes vieram à *Praça 8 de Maio* dar *morras* à Polícia, respondendo com *vivas* os populares que ali se encontravam; o que deslocou o conflito. Durou êste até 28 de Maio. Intervindo a força armada, houve luta, trocando-se tiros. Foi preciso fechar a Universidade, dando por findas as aulas (decreto de 14 de Junho de 1913).

Era reitor o Dr. Mendes dos Remédios, que pediu a demissão.

1914. Começou novo conflito na noite de 30 para 31 de Maio, sendo talvez uma reviviscência do anterior. Foi muito menos grave do que êste, estando as aulas fechadas até 5 de Junho. Era reitor o Dr. Guilherme Moreira. O

---

(1) Nêste mesmo ano, a 16 de Junho, fez-se no *Choupal* uma descoberta pungente — o cadaver dum estudante do Liceu (Lazaro) morto ali no dia 7 por dois condiscípulos, tendo ambos dividido 11$000 réis que o morto trazia comsigo. Foram condenados a degredo perpétuo. Vid. Joaquim Martins de Carvalho, *Os Assassinos da Beira*, pág. 225 a 265.

início do conflito foi uma rixa entre populares e um terceiranista de Direito.

Agitação de natureza inteiramente diferente, comparável às que sacudiram a academia, na primeira metade do século passado, foi o movimento patriótico originado pelo *ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890.

A 13, realizou-se uma imponente reunião de estudantes de todas as Faculdades, e foi dirigido ao Ministro da Guerra um telegrama que terminava assim: «A Inglaterra não conquistará as nossas colónias, a Inglaterra não pisará a terra sagrada da nossa pátria. À bravura do nosso exército, que a Inglaterra decerto não esqueceu, queremos nós juntar o fogo do nosso patriotismo e o nosso entusiasmo de estudantes. Somos poucos, mas somos novos; não temos armas, mas temos coragem. Os estudantes desta Universidade, que se uniram para defender a liberdade em 1834, não cruzarão os braços, vendo hoje ameaçada a integridade nacional.

A academia de Coimbra, portanto, tem a honra de comunicar a V. Ex.ª que está pronta para formar um batalhão de voluntários académicos, pronta para defender a sua pátria, para lutar, para vencer ou para morrer».

*

Foi um grande progresso para a transformação dos costumes académicos e educação do estudante a fundação do *Teatro Acadêmico* e da *Associação Acadêmica*.

Façamos rapidamente a sua história (1).

No ano lectivo de 1813-1814 fundou-se uma sociedade dramática de quarenta estudantes, que fizeram um teatro nos baixos do *Colégio das Artes*, com entrada pelo lado

---

(1) Vid. *O Conimbricense*, 1903, n.º 5.758 e seg.; 1905, n.º 5.990 e seg.

do *Laboratório Químico*. Cada sócio entrou com a quota de 12$800 rs. (duas peças de 6$400 rs.).

Foi mandado fechar pelo reitor D. Francisco de Lemos (reitor pela segunda vez), quando se andava em ensaios para a representação da tragédia *Bruto* de Voltaire: receou o reitor que o teatro servisse para a propaganda de ideias avançadas. O teatro foi desmanchado, e os materiais vendidos, sendo o produto dado aos pobres (1).

Nenhum novo teatro de estudantes houve durante quatro anos. No ano de 1817-1818 fundou Garrett, com alguns camaradas, um teatro na *Rua dos Coutinhos* (2), que tambêm pouco durou. Depois vieram as lutas civis, e não se pensou em teatro até 1835 (3). No ano seguinte fundou-se de novo um teatro académico, no *Colégio das Artes*, dando-se o primeiro espectaculo, a 4 de Abril (aniversário da rainha D. Maria II), com o drama *Catão* de Garrett (4). A sociedade que se constituiu, chamou-se *Academia Dramática*, sendo os seus estatutos impressos em 1837.

No inverno de 1837-1838 chegou a Coimbra uma companhia espanhola de declamação, que foi admitida a representar no teatro do *Colégio das Artes*, contra a opinião dum grupo que se separou, fundando a *Nova Academia Dramática*, à qual foi cedido em 1838 o *Colégio de*

---

(1) Tinham já representado a tragédia *Merinval* de Arnaud e a tragédia *Zaira* de Voltaire.

(2) A casa pertence hoje aos herdeiros do Dr. Sacadura. Garrett fez expressamente para êste teatro as duas tragédias *Lucrecia* e *Xerxes*.

(3) Nêste ano de 1835 chegou a Coimbra uma companhia ginástica dirigida por Henriot, que trabalhou num teatro improvisado no refeitório do extinto mosteiro de Santa Cruz, onde está hoje a *Associação dos Artistas*.

Alguns académicos aproveitaram-se dêste teatro, e representaram o *Catão* de Garrett, em terça feira de Entrudo (3 de Março). Quiseram repetir o espectaculo no ano seguinte, mas o teatro tinha desaparecido com a retirada da companhia Henriot. Deliberaram, por isso, fundar um teatro próprio.

(4) Abriu-se uma subscrição na academia, a 1$200 reis por cabeça.

S. Paulo, sendo esta cedência confirmada por carta de lei de 15 de Setembro de 1841. Da nova sociedade faziam parte não só estudantes, como muitos professores e doutores, sendo os seus estatutos aprovados por portaria de 4 de Dezembro de 1840.

O primeiro espectaculo realizou-se, a 24 de Junho de 1839, com o drama em três actos *Nodoa de Sangue*, em teatro construido no pátio do *Colégio*. Na nova sociedade havia três *conservatórios ou institutos — dramático, de música e de pintura*.

Em Abril de 1849 são reformados os estatutos da *Nova Academia Dramática* e publicados em segunda edição. A sociedade passou a chamar-se *Academia Dramática de Coimbra*, sendo os três institutos substituidos por um único — *O Instituto* — que se tornou independente da *Academia Dramática de Coimbra*, excepto para a parte económica (1).

Em Março de 1851, tornou-se *O Instituto* inteiramente autónomo, com estatutos próprios aprovados em 3 de Janeiro de 1852, passando a chamar-se *Instituto de Coimbra*. Para o *Instituto* passou a maioria dos sócios da *Academia Dramática de Coimbra* que não eram estudantes.

O primeiro número da sua revista — *O Instituto* — saíu em Abril de 1852 (2).

---

(1) Por êste tempo apareceu também a ideia da fundação da *Sociedade Filantrópico-Académica.* Os estatutos foram aprovados por decreto de 26 de Maio de 1852, sendo reformados em 1862, e aprovados no ano seguinte (25 de Fevereiro de 1863), novos estatutos.

(2) Tinham sido sucessivamente orgãos da *Nova Academia Dramática* e *Academia Dramática de Coimbra:*

a) a *Chronica Theatral da Nova Academia Dramatica,* (1839);

b) a *Chronica Literaria da Nova Academia Dramatica* (desde Feveréiro de 1840 até ao verão de 1841);

c) o *Prisma* (de que só sairam cinco números desde Setembro de 1842 a Fevereiro de 1843);

d) as *Memorias do Instituto da Academia Dramatica de Coimbra* (quatro números de 1849 a 1852).

A *Revista Academica,* que começou a publicar-se em Março de

Em 1860 houve nova reforma de estatutos da *Academia Dramática*, publicados em 3.ª edição, continuando a sociedade a chamar-se *Academia Dramática de Coimbra*.

Em 1861 fundou-se um *Club Académico*, que chegou a contar grande número de sócios, sendo os seus estatutos aprovados por portaria de 19 de Fevereiro de 1862.

Fundiu-se com a *Academia Dramática de Coimbra*, conservando êste nome a nova associação e sendo os seus estatutos aprovados por portaria de 4 de Abril de 1866.

Em 1887, há nova reforma de estatutos, passando a *Academia Dramática de Coimbra* a chamar-se *Associação Académica de Coimbra;* foram aprovados por alvará de 3 de Novembro de 1887.

Em 1889 começou a demolição do *Teatro Académico*, que devia ser substituido por edifício mais amplo (1). O

1845, (1845-1848) reservava oito páginas em cada número para o *Instituto Dramático.*

Entre os periódicos fundados por estudantes, desde 1836 a 1854, podem ainda citar-se:

O Academico (1836); *O Christianismo* (1843); *Trovador* (1844-1848); *O Novo Trovador* (1851-1856); *O Iris* (1852); *Revista Academica* (segunda dêste nome) (1853-1854).

(1) Foi uma irreparável perda para a academia o desaparecimento do seu teatro.

Ali se celebraram animadas sessões, cheias de vibrantes discursos, e se realizaram brilhantíssimas festas.

Pelo palco do *Teatro Académico* passaram os mais distintos artistas nacionais e algumas celebridades estrangeiras. Em noites de entusiasmo raro faltavam versos. Recordemos alguns estrangeiros de maior nomeada vindos ao *Teatro Académico.*

Em 20 de Fevereiro de 1860, representou ali a grande trágica Adelaide Ristori. Volpini cantou nas noites de 21 e 27 de Abril de 1866, e nas de 3, 4 e 5 de Abril de 1867. A violinista M.elle Lebouys deu dois concertos a 7 e 8 de Dezembro de 1867. Ernesto Rossi representou nas noites de 13, 14 e 16 de Fevereiro de 1869. Celestina di Paladini representou nas noites de 11, 12 e 14 de Janeiro de 1876, e nas de 22

teatro estava muito arruinado; e o incêndio do *Teatro Baquet*, do Pôrto, na noite de 20 para 21 de Março de 1888, apressou a condenação do *Teatro Académico*, onde se deram os últimos espectaculos nas noites de 9 e 10 de Fevereiro daquele ano.

Com a demolição do *Teatro Académico*, passou a *Associação Académica* para a igreja do *Colégio da Trindade;* mas em Maio de 1892, em conseqüência do conflito académico, foi mandada fechar a *Associação*, que deixou de existir até 1895. Nêste ano, um grupo de académicos fundou o *Club Académico Irmãos Unidos*, que em 15 de Novembro de 1896 passou a chamar-se *Associação Académica*, sendo os seus estatutos aprovados por alvará de 14 de Maio de 1898.

A *Associação Académica* andou sete anos por casas de aluguer (Rua Larga, Rua do Cosme), acabando por instalar-se provisóriamente nos baixos do *Colégio dos Paulistas*, cedidos, em sessão do Senado Universitário de 8 de Novembro de 1913, por iniciativa do reitor Dr. Guilherme Moreira.

É curioso notar como vieram a juntar-se na mesma casa duas instituições *(Associação Académica* e *Instituto)* tão intimamente ligadas no passado.

---

e 23 de Fevereiro do mesmo ano. Todos êstes artistas arrebataram o público.

Ficaram memoráveis as récitas do prestigiador Comparse Hermann, em Dezembro de 1859, principalmente a de 9, em benefício da *Sociedade Filantrópico-Académica.* O entusiasmo foi delirante, tendo João de Deus recitado uma poesia dedicada a Hermann. Êste, a seu turno, ofereceu ao público seis sentidas quadras em francês, que — no dizer de Camilo — sobrevivem ao prestigiador.

Vid.: *O Instituto*, t. VIII, pág. 269, 281, 295; C. Castelo Branco *Noites de Insomnia*, n.º 5, pág. 80.

Não se limitou áquêle benefício a generosidade de Hermann para com a *Filantrópica;* estabeleceu-lhe uma renda anual de 500 francos. Hermann voltou a Coimbra em 1864 e 1876, trabalhando, no *Teatro Académico*, nas noites de 20, 21, 23 e 24 de Janeiro daquêle ano e na de 24 de Março dêste.

A instalação é acanhada, e o número de sócios da *Associação* é muito reduzido.

Em 1904 iniciou se, sem grande resultado, um movimento em favor da *Associação Académica*, e em 1906 foi redigida uma representação, em que se pedia para os sócios uma redução de 50 % nos bilhetes de segunda classe das linhas ferreas do Estado.

Ambas estas tentativas ficaram infrutíferas, e a *Associação* continua decadente. No entanto devem-se-lhe louváveis iniciativas.

Na gerência de 1900-1901, mandou a *Associação* construir um *court* de *tennis* na cêrca do antigo convento de Santa Ana; e em 28 de Janeiro de 1901 realizou um sarau desportivo.

Nêsse mesmo ano deu grande desenvolvimento aos exercícios ginásticos no seu ginásio do *Salão da Trindade*.

O gosto pelos exercícios físicos, até aí quási monopólio dum grupo reduzido, começa então a difundir-se na academia.

Alguns progressos, ainda que muito lentos, se vão acentuando.

Em fins de 1905 ou comêço de 1906, fundaram alguns académicos uma *Sociedade de esgrima e ginástica,* que se estabeleceu numa dependência da Universidade.

A direcção resolveu crear classes de ginástica suéca e dois grupos de *foot ball*, um de alunos da Universidade e outro de alunos do Liceu.

A Universidade principia tambêm, emfim, a interessar-se pela educação física dos seus alunos.

Em 1911, o reitor Arriaga estabeleceu um *court* de *tennis* na Universidade, na chamada *horta*.

Em sessão do Senado Universitário de 18 de Dezembro de 1915, resolveu-se, por proposta do Dr. Pinto Basto, crear um campo de jogos, à custa da percentagem de 1,5 % sôbre as receitas da Universidade, percentagem que foi elevada a 3 %, no ano lectivo corrente, e a 6 % para o ano lectivo próximo. Dêste modo foram até hoje

cedidas pela Universidade, para o campo de jogos, as quantias seguintes:

1916-1917	916$84
1917-1918	634$06
1918-1919	919$07
1919-1920	1.416$00,
na totalidade de	3.885$97.

Muito devagar se caminharia com tão parcos subsídios, que a Universidade infelizmente pouco mais poderia alargar.

O decreto n.º 4.697 de 19 de Julho de 1918 concedeu finalmente cem contos para conclusão do campo de jogos e construção do edifício da *Associação Académica*. Êste decreto, recentemente confirmado, foi agradecido nos seguintes termos pelo Senado Universitário, em telegrama dirigido ao Presidente da República:

«O Senado desta Universidade, reunido pela primeira vez depois da publicação do decreto relativo à *Associação Académica*, resolveu exprimir a V. Ex.ª o seu maior reconhecimento por êsse benefício, destinado a marcar uma época nova na vida da academia de Coimbra».

É, com efeito, indispensável fomentar cada vez mais o gôsto pelos exercícios físicos, que não só avigoram o corpo, mas também concorrem poderosamente para o desenvolvimento da inteligência e a formação do carácter.

Duas palavras a seu respeito.

*

Sob o ponto de vista fisiológico, podem os exercícios classificar-se em fáceis e difíceis. Nos primeiros, automáticos, a fadiga é sobretudo muscular; nos segundos, reflectidos, o cansaço é principalmente cerebral.

É evidente que os exercícios difíceis não conveem, em geral, às pessoas que se dedicam a coisas de espírito. Os

movimentos que eles exigem, não são habituais, estando por fazer para os principiantes o trabalho de coordenação.

Daqui resulta um consumo de energia muscular e nervosa em desproporção com o resultado a atingir, e que é devido aos repetidos ensaios que se tornam necessários para chegar à precisão dos movimentos.

Estes exercícios desenvolvem a destreza e não a fôrça; em vez de provocarem o sono, são excitantes, emquanto não se está familiarizado com eles.

O tipo dos exercícios difíceis é a esgrima.

Sob o ponto de vista mecânico, podem os exercícios dividir-se em três categorias: exercícios de fôrça ou atléticos, exercícios de velocidade e exercícios de fundo *(endurance)*.

Os exercícios de fôrça demandam um grande esfôrço muscular num tempo relativamente curto.

O levantamento dum grande peso é o tipo dêstes exercícios, que não conveem senão a organismos robustos, e não são isentos de acidentes. São acompanhados de grande fadiga muscular, desenvolvem o apetite, e provocam o sono.

Os exercícios de velocidade exigem a repetição freqùente e rápida dos movimentos musculares.

Pode servir-lhes de tipo a *carreira*. Nestes exercícios entram em jôgo músculos muito diferentes, cujas contracções sucessivas, curtamente intervaladas, o cérebro tem de comandar, resultando daqui uma fadiga nervosa que não aparece nos exercícios de fôrça. Um homem que passou o dia a levantar grandes pêsos, tem no fim do seu trabalho fome e sono; pelo contrário, ao cabo duma carreira extenuante, faltam muitas vezes o apetite e a necessidade de dormir.

Por isso os atletas são de ordinário gordos, e os corredores magros.

Estes exercícios conveem a gente nova, de poucas carnes, mas devem evitar-se os excessos, acompanhados de perturbações circulatórias.

Os exercícios de fundo são todos os exercícios prolongados durante muito tempo.

Em geral, são exercícios moderados; serve-lhes de tipo uma longa caminhada em terreno pouco acidentado.

São muito vantajosos estes exercícios, isentos de esbofamento e de perturbações circulatórias; só não conveem às creanças.

Relativamente à sua realização prática podem os exercícios apresentar quatro formas:

a) exercícios livres (sem aparelhos):

1. *espontâneos*, como a marcha, com as suas variantes — carreira e salto livre;
2. *sujeitos a regras*, como a ginástica de quarto, a natação, a dança, a luta (luta greco-romana, luta japonesa, pugilato);

b) exercícios com aparelhos portáteis, ou móveis, como movimentos dos braços com alteres ou maças, saltos à vara, exercícios de projecção (funda, disco), o bilhar, a patinagem, a remagem, a esgrima, o ciclismo, a equitação, etc.;

c) exercícios com aparelhos fixos ou ou de movimentos limitados, como o trapésio, a barra fixa, as paralelas, as argolas, etc.;

d) jogos, como o da bola, o da malha, o *tennis*, o *foot-ball*, o *cricket*, o *base-ball*, o *lacrosse*, o *golf*, etc.

Sendo, em média, de vinte anos a idade do estudante dos nossos cursos superiores, todos os exercícios indicados pode êle praticar, se tiver a necessária robustez.

Um indivíduo fraco deve préviamente consultar um médico antes de se entregar a qualquer exercício; êle indicará os que mais lhe conveem para se fortificar.

Pode até haver contra indicações determinadas por lesões crónicas.

A inspecção médica está muito bem organizada nas universidades americanas (1).

---

(1) Vid. Sargent, *Physical education*, pág. 136.

Dum modo geral, não conveem ao estudante os exercícios difíceis, rápidamente acompanhados de fadiga cerebral. O aparecimento de fadiga é indicação segura de que não deve ser continuado o exercício.

Com um *treno* progressivo, cada vez mais tarde virá o cansaço; é um elemento de importância capital, a que convem prestar o maior cuidado.

É conveniente ainda evitar a prática quási exclusiva de exercícios de carácter restrito; produzem-se então deformações características.

São bem conhecidas as deformações do esgrimista que só utiliza um dos braços (concavidade da coluna do lado correspondente, abaixamento do ombro e achatamento do peito dêsse lado), a deformação do cavaleiro (curvatura das pernas com a concavidade para dentro), as deformações do ginasta de circo (ombros e braços enormes, pernas fracas, pescoço grosso e curto, a cabeça enterrada entre os ombros).

Convem escolher de preferência os exercícios que poem em jôgo um grande número de músculos de diferentes regiões do corpo, e variar convenientemente os exercícios. Os defeitos inerentes a certos desportes favoritos podem ser corrigidos por exercícios ginásticos apropriados.

É sempre útil o exame médico, de quando em quando.

Deve ser cuidadosamente escolhida a hora mais própria para os exercícios. São inconvenientes com o cérebro cansado pelos trabalhos escolares, ou durante o trabalho da digestão.

Dos exercícios livres, os mais agradáveis e mais recomendáveis são, sem dúvida, a marcha e a natação. A natação é sobretudo útil, em pleno ar, na água corrente; só em caso de necessidade se devem utilizar as piscinas.

Poucas cidades se prestam, como Coimbra, ao exercício da marcha. Com lindíssimos arredores, próxima de localidades notáveis pelas suas belezas naturais ou pelas obras de arte que possuem, como Penedo da Meditação, Picoto

dos Barbados, Vale de Canas, Portela, Pènacova, Bussaco, Lorvão, Louzã, S. Marcos, Montemór-o-Velho, Figueira, pode Coimbra muito bem ser um centro de interessantes excursões pedestres. A proximidade do Caramulo e da Serra da Estrêla permitiria desenvolver o gôsto pelo alpinismo.

Os nadadores utilizariam a proximidade da Figueira ou de Aveiro — duas horas apenas em caminho de ferro.

Tambêm nestas localidades se pode fácilmente, nos dias feriados, praticar a remagem, um excelente exercício sob todos os pontos de vista: aumenta a capacidade torácica, desenvolve os músculos dos braços, das pernas e do tronco, particularmente os da região lombar. É sabido como êste exercício é cultivado pelos estudantes ingleses e americanos: são célebres as regatas anuais, no Tamisa, em que tomam parte os estudantes de Oxford e Cambridge, e as regatas americanas disputadas por Harvard e Iale, no rio Charles.

Os exercícios com aparelhos fixos podem ser úteis quando executados num ginásio, sob a direcção de pessoal competente (1). É pena que a nossa Universidade não possa, por falta de recursos, montar um ginásio para os seus alunos, como fazem as universidades da América, onde são tidos, há muito, por modelares os ginásios de Harvard e Princeton. O decreto de 26 de Maio de 1911, que creou junto das Universidades de Lisboa e Coimbra escolas de educação física, com um ginásio e um campo de jogos anexos, ficou letra morta.

Dos jogos usados em Portugal, o mais popular entre os estudantes e aquele em que pode entrar o maior número de jogadores é, sem dúvida, o *foot-ball*.

Para poder jogá-lo, é necessário ser são de coração e pulmões, ter pernas rijas, pé leve, resistência para uma a

(1) Podem servir, em particular, nas aplicações ortopédicas, para corrigir certos defeitos, como curvatura da espinha, etc.

duas horas de campo, visão rápida e presença de espírito (1).

Alêm de promover o desenvolvimento harmónico do corpo, é o *foot-ball* uma escola de coragem, de decisão, de consciência da própria responsabilidade, de disciplina, de solidariedade, de sacrifício até, em que a personalidade de cada um se apaga diante do interêsse colectivo.

A variedade de *foot-ball* praticada entre nós não tem as brutalidades do *foot-ball* violento, usado em Inglaterra e na América. Contra elas levantam-se por vezes protestos; mas o jôgo apaixona intensamente o público. O *match* do fim de Novembro entre as Universidades de Harvard e Iale é quási um acontecimento nacional, presenciado todos os anos por mais de 40.000 pessoas.

Alêm das vantagens directas ligadas aos exercícios físicos, provocam eles resultados indirectos do maior alcance, afastando a mocidade da freqùência dos *cafés*, das casas de tavolagem e dos bordeis. É, em regra, nos *cafés*, respirando um ar viciado, que os rapazes se intoxicam pelo álcool, muitas vezes com uma inconsciência que assombra.

As bebidas alcoólicas de maior consumo entre nós são o vinho, a cerveja, as aguardentes e os licores.

O vinho é o produto, em certos casos temperado por

---

(1) Eis as provas a que tem de sujeitar-se em Harvard quem pretender entrar num *team* atlético de *foot-ball* ou de *regata*:

1. levantar um pêso de 400 libras (180 kg.) com as costas curvadas, braços e pernas direitas;
2. levantar um pêso de 500 libras (225 kg) com as pernas dobradas, braços e costas direitas;
3. fechar a mão contra uma resistência de, pelo menos, 100 libras (45 kilos);
4. levantar dez vezes o próprio pêso nas argolas;
5. levantar dez vezes o próprio pêso nas paralelas;
6. apresentar uma capacidade torácica superior a 275 polegadas cúbicas (4,5 litros).

As condições para os *teams* ordinárias são menos severas.

(Vid. Sargent, *Physical education*, pág. 85).

adubos, da fermentação do sumo das uvas; é uma mistura muito complexa de substâncias voláteis e fixas, sendo o álcool e a água as principais.

Um bom vinho de mesa, sob o ponto de vista higiénico, não deveria ter mais de 10 % de álcool; mas os nossos vinhos teem, em geral, com excepção dos *verdes*, maior fôrça alcoólica (13 % no *Colares*, chegando no *Fuseta* a 22 %).

A cerveja é o produto da fermentação duma infusão de cevada *grelada*, adicionada de lúpulo.

É também uma mistura complicada, variando a quantidade de álçool entre 2 a 8 %.

As aguardentes são misturas, obtidas por distilação, de água e álcool de várias proveniências, às vezes aromatizadas para a bebida. As mais comuns são a aguardente de vinho *(cognac)*, a aguardente de cana *(rhum)*, a aguardente de cereais *(genebra)* e a aguardente de frutos (medronhos, figos, ameixas, alfarroba, etc.). Os produtos acessórios que acompanham o álcool, caracterizam as diversas aguardentes.

Os licores são aguardentes assucaradas, aromatizadas, e muitas vezes adicionadas de substâncias corantes.

O uso muito moderado de vinho genuino, fraco ou cortado com água, e o da cerveja leve, podem reputar-se inofensivos. Mas o consumo de aguardentes ou de licores, mesmo em pequeníssimas doses, é altamente nocivo, tanto pelos produtos acessórios, mais ou menos tóxicos, que acompanham o álcool, como sobretudo pela elevada percentagem dêste, variável, segundo os casos, entre 30 e 80 (números redondos). Eis a fôrça alcoólica de algumas aguardentes:

Cognac, genebra (gin, whisky) . . .	45 %
Kirsh.	50 %
Rhum	54 %

E a de alguns licores:

Anisette	28 %
Curaçao	36 %
Chartreuse amarela.	43 %
Marrasquino, kummel	50 %
Chartreuse verde	57 %
Absinto (1)	55 a 72 %
Elixir de Chartreuse	83 %

Estes números são elucidativos, e dispensam comentários.

O álcool pode determinar crises agudas de embriaguez, que se tratam como casos de envenenamento.

Evolucionam com três períodos distintos: o período da *excitação*, o período da *ebriedade* ou das ilusões sensoriais e impulsões malfazejas, e o período *comatoso* ou da depressão. E não é muito raro que o sono comatoso seja seguido de morte, se a quantidade de álcool ingerido excedeu um certo limite.

Com a repetição destas crises chega-se ao *alcoolismo crónico*, que pode tambêm ser provocado (é até o caso mais freqùente) pela absorpção habitual de álcool em dose insuficiente para produzir a embriaguez. Há alcoólicos crónicos que nunca se embriagaram.

As lesões que o álcool determina, afectam principalmente o estômago *(gastrite alcoólica)*, o fígado *(cirrose e degenerescência gordurosa)*, o coração e os vasos *(arteriosclerose, hipertrofia do coração com degenerescência gordurosa)*, as meninges *(paquimeningite)*, os rins *(nefrite)*. Estas lesões são todas mais ou menos rápidamente, mas fatalmente, mortais. Se não acabam a tempo com a miserável existência do alcoólico, aparecem um dia formas

(1) Contem *essência de absinto*, eminentemente tóxica, a que alguns atribuem grande papel no *absintismo*.

agudas de loucura, ainda porventura curáveis — o *delirium tremens*, ou a *mania alcoólica*, ou a *lipemania alcoólica* — que podem ser seguidas, porêm, de loucura crónica, incurável (*demência* ou *pseudo-paralisia geral*).

O ideal seria a abstenção completa do álcool, que deveria ser reservado exclusivamente para fins terapêuticos (1).

Entristeço-me sempre quando, às vezes, de longe em longe, encontro um estudante embriagado, tornado voluntáriamente um louco de ocasião, como se a inteligência lhe fôsse um pesado fardo, e não o seu principal instrumento de trabalho.

E é, com freqüência, sob a excitação do álcool, que se armam sangrentas desordens, que se entra na casa de jôgo a deixar a bôlsa e, porventura, o brio, ou se vai contrair no bordel terrível doença, que vinca por vezes depois, mais que uma existência, uma prole inteira.

Povoam os hospitais de alienados antigos alcoólicos e sifilíticos ou descendentes de tais: é que o alcoolismo e a sífilis são mais do que simples enfermidades, que arruinam o indivíduo, predispondo-o para os peores males; são verdadeiras pragas sociais, que preparam, não sendo enérgicamente combatidas, o definhamento e a extinção rápida da raça.

Uma das formas de exercício físico mais educativas, apesar do seu carácter particular é, sem dúvida, o *canto coral*.

É uma instituição benemérita o *Orfeão académico*.

Fundado por João Arroio, tomou parte brilhante, pouco depois, nas festas camoneanas realizadas em Coimbra, há quarenta anos.

Com a partida daquele estudante desapareceu o *Orfeão*, que só muito mais tarde foi restabelecido por António Joice, aluno de direito de 1907 a 1912.

---

(1) Como é sabido, nos Estados Unidos proibiu-se recentemente o fabrico e consumo das bebidas alcoólicas.

Depois de nova interrupção, felizmente curta desta vez, ei-lo com a sua existência assegurada, sob a direcção do Dr. Elias de Aguiar.

Ao *Orfeão* está destinado grande papel na educação da academia: é não só uma escola de solidariedade e de disciplina, mas também de bom gôsto e de elevação moral.

Pode ser, em toda a parte, um alto representante espiritual da academia, como o foi há quarenta anos, nas festas de Camões, e há dois anos, na festa realizada, na *Sala dos Capelos*, em honra do Dr. Júlio Henriques.

É também o canto coral, pelas dificuldades que encerra, um ótimo educador da vontade.

Sob êste ponto de vista, é hoje considerada utilíssima a aprendizagem dum ofício, em que se cria o hábito de triunfar das dificuldades, e se apura a paciência.

Na côrte da Prússia, os príncipes, em obediência à tradição, aprendiam todos uma arte manual qualquer.

Na Universidade podem concorrer poderosamente os trabalhos de laboratórto e, em geral, os estudos de investigação para a adquisição de paciência e de tenacidade, tão necessárias nas lutas da vida. Não é de somenos importâncta êste aspecto moral por que podem ser encarados.

É um sistema vicioso procurar orientar a vontade, quer por meios coercivos, quer mediante recompensas.

O exercício da vontade deve resultar dum hábito adquirido, dum impulso interior e não de causas artificiais.

Também a academia de Coimbra encontra aqui elementos de sobra, que espontâneamente se lhe oferecem, para a sua educação estética.

Abundam nesta cidade as obras de arte; e os amantes do passado encontram bem com que satisfazer a sua paixão: Santa Cruz, Sé Velha, Celas, Salvador, a Universidade, o Museu Machado de Castro, o Tesoiro da Sé, etc.

Com a educação da sensibilidade e o afinamento do gôsto, ganhará ao mesmo tempo a polidez das maneiras, tantas vezes duma rudeza chocante. Deve sempre ser timbre

do estudante a sua perfeita correcção no trato social; dão a mais triste idea de si os moços que não sabem guardar o porte das pessoas bem educadas, que hoje são a grande massa nos países mais adiantados em civilização.

A arruaça nos teatros e nas ruas, o despejo da linguagem nos lugares públicos, o passeio impudente em companhia de mulheres suspeitas são outras tantas provas de inferioridade social.

É forçoso respeitar os outros, para que eles nos respeitem a nós. De resto, não é por semelhantes processos que a virilidade se afirma.

O estudante americano, incomparávelmente mais forte do que o nosso, nunca se atreveria, sob pena do desprêzo dos camaradas, a aparecer na rua com uma mulher duvidosa; nunca tal coisa sucedeu, nem sucederá jamais numa universidade americana, afirma-o Jules Huret, no seu livro *L'Amérique Moderne*, acrescentando que, tendo interrogado a êste respeito um cento de pessoas, de todas ouvira invariávelmente a mesma resposta.

À disciplina na vida social deve corresponder rigorosa disciplina na vida individual: conveniente divisão do tempo, *que nunca deve ser desaproveitado*, horas certas para a alimentação, o sôno, o estudo, as diversões úteis; boa alimentação, sadia, reparadora, sem excessos; ar puro no quarto e no gabinete de trabalho; o mais escrupuloso aceio pessoal, mantido pelo uso diário do *tub*. A limpeza escrupulosa do corpo, indispensável à conservação da saúde, é até uma das formas que deve revestir a *dignidade pessoal*.

*

Vou concluir.

Deve o estudante compreender, como pessoa culta que é, que o organismo humano não é afinal senão uma máquina de que cada um deve tirar o máximo rendimento, no seu próprio interêsse e no da colectividade a que pertence.

É preciso, pois, que o corpo e o espírito se desenvolvam e aperfeiçoem harmónicamente; nem consiste noutra coisa o problema da educação.

Na idade em que se encontra o estudante das escolas superiores, é sobretudo dêle próprio que depende a sua educação; é êle que deve imprimir a si mesmo a direcção intelectual, moral e física que lhe seja mais útil e melhor o prepare para a vida social, corrigindo, tanto quanto possível, falsas orientações em que tenha sido encaminhado.

Relativamente à sua vida mental, deve ser a preocupação dominante do estudante olhar com o máximo cuidado pela higiene do seu cérebro, dependente em grande parte da higiene geral, evitando a intoxicação pelo álcool e pelo tabaco e os perigos da sífilis, que enfraquecem a memória e provocam lesões gravíssimas.

Procure depois adquirir conhecimentos reais, úteis na vida, pondo de parte trabalhos ocasionais de memória, preparações artificiais para o exame.

O objectivo do estudante deve ser o *saber* e não o *diploma*.

No que toca à sua orientação moral, compenetre-se o estudante da necessidade de ter uma *vontade firme*, movendo-se dentro das normas inflexíveis do dever.

É pelo exercício consciente e repetido da vontade que se forma o *carácter*.

A inércia da vontade é um dos nossos grandes males; é forçoso reagir contra êle. Criemos *vontade*, e orientemo-la na direcção do bem.

Contrista a apatia com que muitos rapazes se deixam arrastar na corrente dos falsos prazeres ou das diversões fúteis. Assim se enraizam insensívelmente os peores vícios, como o do jôgo, que na hora presente é quási uma doença nacional.

Sacudamos entorpecimentos da vontade; é principalmente pela vontade que o homem se afirma como tal.

É claro que não pode haver saùde intelectual nem saùde moral, se o corpo é enfezado e fraco. A primeira obri-

gação de cada um é, pois, ser um bom animal; dessa condição dependem essencialmente o seu sucesso na vida e a prosperidade da nação a que pertence.

Já hoje ninguêm duvida, ao contrário do que em tempos idos se supunha, de que um sólido arcaboiço pode abrigar o mais fino espírito. Cita-se, por exemplo, a robustez de Gladstone e Bismarck, ambos falecidos em idade avançada. Luís de Camões era um valente, pronto no arrancar da espada. Eis como se lhe refere Ramalho Ortigão (*Farpas*, vol. VIII, pág. 172):

«O proprio Camões, o immortalizador das façanhas dessa velha raça, era ele mesmo um forte, um destemido, um lord Byron da Renascença. Os seus costumes de audaz espadachim e de famigerado tranca-ruas criaram-lhe na India conflitos arriscados, de cujas ameaças ele sorria, dizendo *«que só era vulneravel pelas solas dos pés e que estas ninguem lhas vira nem havia de vêr»*.

De Antero de Quental diz Eça de Queiroz (*Notas contemporâneas*, pág. 366):

«Anthero foi, na sua mocidade, um magnifico varão. Airoso e leve, marchava legoas, em rijas caminhadas que se alongavam até á matta do Bussaco: com a mão secca e fina, de velha raça, levantava pesos que me faziam gemer a mim, ranger todo, só de o contemplar na façanha: jogando o sabre para se adestrar, tinha impetos de Roldão, os amigos rolavam pelas escadas, ante o seu immenso sabre de pau, como mouros desbaratados: — e em brigas que fossem justas, o seu murro era triumphal. Conservou mesmo até á edade philosophica este murro facil: e ainda recordo uma noite na rua do Oiro, em que um homem carrancudo, barbudo, alto e rustico como um campanario, o pizou, brutalmente, e passou em brutal silencio... O murro de Anthero foi tão vivo e certo, que teve de apanhar o immenso homem do lagedo em que rolára, de lhe limpar a lama da rabona, e de o amparar até uma botica, onde lhe comprou arnica, o consolou, citando Golias e outros gigantes vencidos.»

Em resumo:

Cada estudante deve procurar converter-se num valor real, útil no máximo a si, à sua família e ao seu país.

E não desperdicem tempo, nem malbaratem fôrças.

Na hora de crise que atravessamos, não há um só instante a perder, um so esfôrço a desaproveitar.

O país pode ainda esperar melhores dias, se os novos lançarem ombros à grande empresa de os preparar.

É um pesadíssimo encargo, que só pode vencer a mais tenaz e inteligente vontade.

A minha geração falhou; pertence o futuro à geração nova.

E, emquanto a academia não organiza a sua casa, acolha-se confiadamente neste belo refugio, do mais são ambiente moral, que a América veio generosamente do outro lado do Atlântico trazer-nos, como ùm povo que alia ao fomento dos progressos materiais e ao manejo febril dos negócios, a cultura pura e desinteressada dos mais altos ideais.